

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LINGUAGEM E ENSINO



Campina Grande, julho de 2016

Djamara Virgínia Ferreira da Rocha Silva

OS LUGARES DISCURSIVOS DO LINGUISTA
E DO PROFESSOR EM MANUAIS DE
LINGUÍSTICA BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguagem e Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Washington Silva de Farias

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586l Silva, Djamara Virgínia Ferreira da Rocha.
Os lugares discursivos do linguista e do professor em manuais de
linguística brasileiros / Djamara Virgínia Ferreira da Rocha Silva. –
Campina Grande, 2016.
80 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Washington Silva de Farias".

Referências.

1. Análise do Discurso. 2. Manuais de Linguística.
3. Lugar Discursivo - Linguista. 4. Lugar Discursivo - Professor.
I. Farias, Washington Silva de. II. Título.

CDU 81'42(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovada em 26 de julho de 2016

Nota: 8,5

Banca Examinadora:

Washington S. de Farias

Prof. Dr. Washington Silva de Farias (orientador)
Universidade Federal de Campina Grande

Edmilson Luiz Rafael

Prof. Dr. Edmilson Luiz Rafael (examinador)
Universidade Federal de Campina Grande

Tânia M. Pereira

Prof.^a Dra Tânia Maria Augusto Pereira (examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba

Campina Grande, julho de 2016.

A Deus, em quem está a plenitude da sabedoria e da ciência, dedico. Porque d'Ele, por Ele e para Ele, são todas as coisas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em Seu constante amor e fidelidade, sustentou-me ao longo de todo o percurso acadêmico, e ajudou-me a produzir esta dissertação.

Aos meus pais, Marcos e Gildete, e meus irmãos, José Antônio e Gilmara. Sem eles, sem a motivação, apoio, compreensão, amor e afeto que me deram, não chegaria ao fim de mais uma etapa acadêmica.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Washington Silva de Farias, que mesmo diante do desafio de assumir a condução desta pesquisa, em circunstâncias inesperadas, sempre foi atencioso e orientou-me com dedicação.

Aos examinadores deste trabalho, Prof. Dr. Edmilson Luiz Rafael e Prof^a. Dra Tânia Maria Augusto Pereira, por se disporem gentilmente a avaliá-lo, contribuindo com o enriquecimento desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Aloísio de Medeiros Dantas, que acompanhou os primeiros passos desta dissertação, dando sempre o incentivo e o suporte necessário. Mesmo com o seu afastamento ao longo do processo, sua disponibilidade e apoio me fizeram senti-lo presente em todos os momentos.

Aos meus colegas de turma, cuja presença foi imprescindível para a concretização da minha pesquisa.

Aos meus amigos, que participaram da produção deste trabalho, orando por mim.

RESUMO

O presente trabalho tece uma análise de manuais de linguística brasileiros que se situam em dois momentos, nos anos 1960 e 1970 e nos anos 2000 e 2010. Fazemos esta divisão porque buscamos essencialmente responder a seguinte pergunta: *Quais as semelhanças e diferenças na constituição dos sentidos do lugar discursivo do linguista e do professor, nos manuais de Linguística produzidos nestas diferentes épocas?* Essa pergunta está vinculada ao objetivo geral de investigar como são constituídos e articulados os lugares discursivos de linguista e de professor em manuais de linguística brasileiros, em diferentes épocas, que se subdivide em três objetivos específicos: a) Identificar a constituição do lugar discursivo do linguista e do professor em manuais de Linguística, produzidos no Brasil nas décadas de 1960, 1970, 2000 e 2010; b) Analisar comparativamente a constituição e articulação dos sentidos do lugar discursivo do linguista e do professor, nos manuais de Linguística produzidos no Brasil nesse período e c) Refletir sobre as implicações dos discursos analisados para o ensino. Para alcançá-los, nos ancoramos nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, baseados nas reflexões de Pêcheux (1988), Orlandi (1999) e Dantas (2007), destacando os conceitos de sujeito, sentido e lugar discursivo. Para composição do corpus, elegemos quatro manuais, a saber: *Introdução aos estudos lingüísticos* (BORBA, 1967), *Fundamentos da Linguística Contemporânea* (LOPES, 1977), *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras* (MUSSALIM; BENTES, 2001a; 2001b) e *Introdução à Linguística* (FIORIN, 2014a; 2014b), nos quais selecionamos recortes textuais que melhor atendessem ao nosso interesse de pesquisa, desenvolvendo um estudo interpretativo, de abordagem discursiva e cunho qualitativo. Como resultados, verificamos que nas décadas de 60 e 70, os lugares discursivos do linguista e do professor, de acordo com a análise dos dois manuais selecionados desse período, se caracterizam por uma vinculação a Linguística Estrutural. Nos anos 2000 e 2010, os dados analisados apontam para uma abordagem crítica e reflexiva da imagem da Linguística, o que se baseia teoricamente em filiações diversas, como o funcionalismo e a pragmática.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Manuais de linguística. Lugar discursivo. Linguista. Professor.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of Brazilian language manuals that were written on two periods in the 1960s and 1970s and in the years 2000 and 2010. We make this division because we essentially seek to answer the following question: *What are the similarities and differences in the constitution of the senses of the discursive position of linguists and professors in linguistics manuals produced in these different eras?* This question is linked to the general objective of investigating how they are constituted and articulated the discursive positions of linguists and professors in the Brazilian language textbooks at different times, which is divided into three specific objectives: a) To identify the constitution of the discursive position of the linguist and Professor in Linguistics manuals, produced in Brazil between 1960 and 2010; b) To comparatively analyze the formation and articulation of the senses of the discursive place of the linguist and professor in linguistics manuals produced in Brazil between 1960 and 2010 and c) To reflect on the implications of the speeches analyzed for teaching. To reach them, we anchored in the theoretical assumptions of discourse analysis, based on the reflections of Pêcheux (1988), Orlandi (1999) and Dantas (2007), highlighting the subject of concepts, meaning and discursive positions. For corpus composition, we elected four manuals, namely: Introduction to linguistic studies (BORBA, 1967), Contemporary Language Fundamentals (LOPES, 1977), Introduction to Linguistics: Domains and borders (MUSSALIM; BENTES, 2001. Vol 1 and 2) and Introduction to Linguistics (FIORIN, 2014. Vol 1 and 2), in which we selected text clippings that best answer to our research interest, developing an interpretive study of discursive approach and qualitative nature. The data analysis shows that the Language of teaching setting, was anchored in general, in the 60s and 70s, in an image of descriptive and structuralist science of language, initially holding a discursive position of linguists and professors based on discourse association between these two social roles. In the decades of 2000 and 2010, Linguistics is supported predominantly by the image of Linguistics accustomed to functionalist discourse and pragmatic approach, which permeates the teaching of Linguistics at this time.

Keywords: Discourse Analysis. Language manuals. Discursive position. Linguist. Professor.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo I: Ciência da linguagem e manuais de linguística.....	13
Capítulo II: Sujeito, sentido e lugar discursivo: reflexões da Análise do Discurso.....	19
2.1 Sujeito.....	21
2.2 Sentido.....	23
2.3 Lugar discursivo.....	25
Capítulo III: Procedimentos metodológicos.....	29
3.1 Natureza da pesquisa.....	29
3.2 Delimitação do <i>corpus</i> e procedimentos de análise.....	30
Capítulo IV: Os lugares discursivos do linguista e do professor em manuais de linguística brasileiros.....	32
4.1 O lugar discursivo do linguista e do professor nos anos 1960 e 1970.....	32
4.1.1 Introdução aos estudos linguísticos (BORBA, 1967).....	32
4.1.2 Fundamentos da Linguística Contemporânea (LOPES, 1977).....	41
4.2 O lugar discursivo do linguista e do professor nos anos 2000 e 2010.....	47
4.2.1 Introdução à linguística: domínios e fronteiras (MUSSALIM; BENTES, 2001a; 2001b)	47
4.2.2 Introdução à linguística (FIORIN, 2014a; 2014b).....	57
Considerações finais.....	65
Referências.....	68
Anexos.....	71

INTRODUÇÃO

Como se dá a compreensão da Linguística e seu ensino no Brasil? Esse é o questionamento que impulsionou a pesquisa aqui apresentada. Deste modo, o que buscamos saber é como são articulados os sentidos da Linguística nos manuais introdutórios que tratam da mesma.

Em 1965, passamos por um processo de mudança curricular nos cursos de graduação em Letras, quando a Linguística se tornou uma disciplina obrigatória nas universidades de nosso país. Desde então, houve um processo de disciplinarização da ciência da linguagem, o que evoca elementos científicos, relacionados a aspectos estritamente teóricos e epistemológicos, bem como elementos disciplinares, vinculados a fatores didáticos, pois a Linguística passa a ser não só um elemento norteador dos objetos de estudo, mas também se afirma como objeto de ensino.

A relação entre ciência e ensino pode ser materializada através de textos escritos, dentre os quais se situam os manuais de Linguística. Destacamos este tipo de produção didática, porque entendemos que pretendem ser um eixo de orientação para os estudos da linguagem, sendo assim, os elementos dispostos no manual nos permitem traçar os discursos que emanam dos lugares discursivos investigados.

Nesse sentido, estando a produção dos sentidos e dos sujeitos intrinsecamente relacionada ao momento histórico e ideológico, consideramos relevante desenvolver nossa pesquisa utilizando manuais de Linguística situados em épocas distintas, a saber as duas primeiras décadas, após a instituição da Linguística como disciplina do curso de Letras, os anos 1960 e 1970, e nas duas décadas mais recentes, nos anos 2000 e 2010. A divisão dos manuais em dois grupos permitiu que investigássemos a movimentação dos sentidos e saberes sobre o ensino e a pesquisa em Linguística, observando os impactos de sua instituição disciplinar na compreensão da própria ciência.

Assim, considerando as instituições acadêmicas como espaços de legitimação de obras e autores, realizamos consultas em sites, nas quais observamos os manuais majoritariamente indicados em diversos planos de curso de disciplinas que compõem o curso de Letras nas universidades brasileiras, possibilitando a escolha dos manuais e as edições mais adequadas para compor nosso *corpus*. Dessa busca, o resultado do levantamento nos fez chegar às

seguintes obras: *Introdução aos estudos linguísticos* (BORBA, 1967), *Fundamentos da Linguística Contemporânea* (LOPES, 1977), dois volumes da *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras* (MUSSALIM; BENTES, 2001a, 2001b), e dois volumes da *Introdução à Linguística* (FIORIN, 2014a; 2014b).

Enfatizamos ainda que os sentidos entre a ciência Linguística e a disciplina Linguística exploram, conseqüentemente, dois papéis sociais: o linguista e o professor. Nesse sentido, esta investigação tem como objetivo geral, investigar como são constituídos e articulados os lugares discursivos de linguista e de professor em manuais de linguística brasileiros, em diferentes épocas.

Posto este pano de fundo, a pesquisa foi orientada pelas seguintes perguntas:

a) Qual o discurso sobre o linguista e o professor nos manuais de Linguística produzidos no Brasil nas décadas de 1960, 1970, 2000 e 2010?

b) Quais as semelhanças e diferenças na constituição dos sentidos do lugar discursivo do linguista e do professor, nos manuais de Linguística produzidos no Brasil nas décadas de 1960, 1970, 2000 e 2010?

Estas questões correspondem aos objetivos específicos abaixo:

a) Identificar a constituição do lugar discursivo do linguista e do professor em manuais de Linguística, produzidos no Brasil nas décadas de 1960, 1970, 2000 e 2010;

b) Analisar comparativamente a constituição e articulação dos sentidos do lugar discursivo do linguista e do professor, nos manuais de Linguística produzidos no Brasil nas décadas de 1960, 1970, 2000 e 2010;

c) Refletir sobre as implicações dos discursos analisados para o ensino.

Organizamos esta dissertação em quatro capítulos. No primeiro, intitulado *Ciência da linguagem e manuais de linguística*, abordamos reflexões sobre o impacto da relação entre ciência da linguagem e política na elaboração dos manuais de Linguística, baseados na História das Ideias Linguísticas. Essa perspectiva teórica não foi a base central dos nossos procedimentos analíticos, entretanto, sua relação com a Análise do Discurso (doravante AD), nos fizeram tomá-la como norte para a percepção das questões ideológicas que subjazem os dizeres dos manuais.

A perspectiva histórica dos estudos da linguagem afirma-se por meio de diversos campos de investigação, deste modo, no que concerne a AD, a história da

linguística se dá a partir da História das Ideias Linguísticas. Diferenciando-se da historiografia linguística e da história da linguística, a ciência em tela trilha um percurso distinto, tanto no que concerne à sua institucionalização, quanto aos seus procedimentos metodológicos, pois concentra-se em torno do objetivo de entender a constitutividade das identidades linguísticas, a relação entre os sujeitos envolvidos e a institucionalização do saber sobre a linguagem. Deste modo, busca-se interligar a interpretação do histórico com os encaminhamentos metodológicos e teóricos da AD filiada ao pensamento de Michel Pêcheux.

Fazendo a relação com o percurso teórico pecheutiano, no segundo capítulo, cujo título é *Sujeito, sentido e lugar discursivo: reflexões da Análise do Discurso*, apontamos as categorias discursivas que sustentam o nosso estudo. Ao eleger a AD como ferramenta teórica central de nossa investigação, temos como princípio chave que “a linguagem é linguagem porque faz sentido” (ORLANDI, 1999, p. 25).

Com base nisso, entendemos que através da materialidade linguística, organizada em construções sintáticas, o sujeito demarca suas manifestações enunciativas, que instauradas pela ideologia, se constituem em discursos. Portanto, não analisamos os manuais considerando apenas a superfície linguística, mas observamos como estas servem de marca da enunciação do sujeito, alicerçando o discurso pedagógico e o científico, remetendo ao sujeito professor e linguista, respectivamente.

No capítulo seguinte, elencamos os *Procedimentos Metodológicos*. Para a AD, a “análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza.” (ORLANDI, 1999, p. 64). Deste modo, para delinear nosso objeto de estudo, após selecionar os manuais, elegemos recortes textuais que melhor atendessem às nossas questões de pesquisa, veiculando discursos sobre ciência e ensino, relacionados ao fazer epistemológico e pedagógico da Linguística, os quais foram apresentados ao longo da análise exposta no último capítulo, *Os lugares discursivos do linguista e do professor em manuais de linguística brasileiros*, que aponta nossas constatações de análise, na qual visamos esboçar a constituição e articulação dos sentidos evocados nos recortes analisados.

A realização da pesquisa foi de suma importância, pois a forte presença das obras em cursos de graduação do Brasil, remeteu-nos também a outro fator: o cenário escolar. Isto porque, os graduandos são professores em formação, desta forma, os materiais que compõem este processo, certamente trarão impactos para a sua prática de ensino.

Por isso a relevância de investigações como esta, que promovam o desenvolvimento da leitura crítica e analítica, instigando a reflexão sobre as questões ideológicas que subjazem os materiais utilizados ao longo da nossa formação, para perceber as concepções de ensino e pesquisa sobre a Linguística que estão refletidas, por exemplo, nos manuais.

Outro fator que ratifica a contribuição desta pesquisa, é que o campo de investigação sobre o sujeito professor e linguista é um aspecto que necessita ainda ser explorado, visto que há poucos estudos desenvolvidos sobre o assunto, o que também firmou nosso interesse pelo tema estudado.

CAPÍTULO I

CIÊNCIA DA LINGUAGEM E MANUAIS DE LINGUÍSTICA

A Linguística é definida como o estudo científico da língua(gem). Ela se firmou como ciência, quando seus teóricos iniciais decidiram tomar um rumo distinto dos estudos que dominaram o século XIX, optando pela exclusão do que havia sido postulado quanto à natureza da linguagem (WEEDWOOD, 2002). Este processo foi precedido pela importante figura de Ferdinand de Saussure, cujas reflexões teóricas foram postumamente divulgadas através do Curso de Linguística Geral, em 1916, de modo que a palavra 'linguística' passou a ser utilizada, demarcando a diferença entre seu estado enquanto ciência, e a abordagem da chamada Gramática Tradicional.

Uma mudança desta dimensão, obviamente, acarretou impactos em toda conjuntura científica da sociedade acadêmica, não apenas na Europa, berço das reflexões de Saussure, mas em todo o mundo, conforme foi se dando a divulgação da inovação científica dos estudos linguísticos. Para nós, dada a temática desta pesquisa, a ênfase está na repercussão deste fato no Brasil, quando a Linguística impactou diretamente a educação brasileira, sendo assim, ressaltamos o ano de 1965, período no qual a ciência da linguagem passou a ser objeto de ensino obrigatório, quando o Conselho Federal de Educação decidiu integrá-la ao currículo mínimo dos cursos de Letras.

Em cada momento histórico, os estudos linguísticos apresentavam marcas específicas. A partir destas, Guimarães (2004) aponta que as características das pesquisas e trabalhos desenvolvidos na área da linguagem, na metade dos anos 60, momento sobre o qual nos debruçamos, demonstram, nesta fase, uma produção de saberes que se desdobra em diversos tipos de trabalho que podem ser reunidos em onze grupos relacionados a temas diferentes, a saber: gramática, semântica, sociolinguística, linguística histórica, análise do discurso, semiótica, pragmática, história dos estudos da linguagem, línguas indígenas, normativos sobre o português e relacionados a aquisição da linguagem.

Vemos, dessa forma, que as possíveis inovações que estes trabalhos apresentam se comparados ao que se fazia anteriormente, são resultado das

necessidades requeridas pelas novas configurações na educação. Sendo assim, na significativa produção científica desta fase dos estudos no Brasil, destacam-se os manuais de Linguística, uma vez que a inserção da disciplina traz, como qualquer componente curricular, a exigência de materiais didáticos que sirvam de suporte ao exercício docente.

Deste modo, o advento dos manuais de Linguística, escritos desde a segunda metade do século XX, voltando-se ao ensino, obedece a um processo de disciplinarização da Linguística, seja por inserção de disciplinas com uma tradição histórica, seja por indicação do que se tem feito cientificamente, traçando rumos para novos pesquisadores. No que concerne a este assunto, trazemos as contribuições de Giacomelli (2007), que discute a manualização e a disciplinarização dos postulados teóricos de Benveniste.

Fazer pesquisa é também retomar outras investigações, pois como pesquisador é essencial saber o que já foi mencionado ou produzido acerca do tema investigado. Neste sentido, destacamos o trabalho de Giacomelli (2007) porque, apesar do foco da pesquisadora estar na teoria da enunciação, o que diverge do nosso, consideramos relevante apontar dois aspectos evidenciados em sua pesquisa.

O primeiro deles diz respeito ao esclarecimento das noções de disciplinarização e manualização. Associando ao nosso objeto de investigação, seria exatamente o processo de transformação da ciência Linguística em disciplina, que, para a efetivação do seu ensino, dispõe de materiais didáticos e explicativos, isto é, manuais que sistematizam os saberes sobre essa ciência, estabelecendo a manualização dos elementos de estudo da linguagem.

O outro aspecto está vinculado a constatação de que a teoria da enunciação é pouquíssimo explorada no Brasil, especificamente nos manuais utilizados para a pesquisa, o que se deve a baixa representatividade de Benveniste para os estudos brasileiros, o que está ancorado no ponto de vista dos autores dos manuais, suas filiações teóricas e interesses de pesquisa, obedecendo às questões ideológicas e históricas, vinculadas a compleição dos sujeitos.

Estes elementos convergem para o desenvolvimento do nosso trabalho, uma vez que a observação dos lugares de linguista e de professor, veiculados também em manuais, está permeada por ideologias, que suscitam as posições teóricas

assumidas, atravessando as imagens da Linguística e, conseqüentemente de professor e de linguista. Com base nisso, vinculamo-nos também às reflexões da História das Ideias Linguísticas.

Para compreender de maneira mais clara como se dá a pesquisa nesta vertente, ressaltamos as reflexões de Orlandi (2014) acerca da relação entre ciência da linguagem e política. Conforme a autora, a AD e a forma como temos nos apropriado desse conteúdo no Brasil, manifestam uma teoria que defende a não-subjetividade do sujeito, isto é, o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia tem o seu dizer atravessado por formações ideológicas que terminam por dominá-lo. Esse processo é mascarado pela forma linguística, pelo próprio funcionamento da ideologia, uma vez que esta conduz a ilusão do sujeito de ser dono de si e do seu discurso.

Quanto à conjuntura política e refletindo sobre o próprio discurso científico, Orlandi (2014) mostra que quando pensamos o político e a ciência da linguagem, tratamos a constitutividade ideológica das pesquisas e teorias, frente ao político de sua estrutura, ou seja, podemos analisar a ligação entre o discurso da ciência e exterioridade, compreendendo a filiação teórica e sua relação com a conjuntura política e também social e histórica, deste modo, não se trata da posição do cientista propriamente, e sim de como as formações teóricas são afetadas pelo político.

No caso da AD, sua relação com o político é um traço inerente a sua própria natureza materialista, que torna-se necessário em seu desenvolvimento, a atenção com a conjuntura em que ela é praticada. Destarte, ao assumir essa posição científica, um conhecimento sobre a língua não pode ser produzido sem unir reflexões a respeito do sujeito, do sentido, onde entram elementos de ordem social, histórica, política e ideológica. Ressaltamos ainda que essas produções relacionam-se a uma rede que

permanece aberta para outras produções que, dada a ideologia, vai se identificar com esta ou aquela formação teórica, que vai, ao longo de nossa história, construindo ao mesmo tempo, o conhecimento e as políticas deste conhecimento, resultando na constituição das posições sujeitos e na organização da formação social em que este conhecimento circula, através das instituições que o sustentam em sua maior ou menor legitimidade. (ORLANDI, 2014, p. 122)

Sendo assim, as distintas formações teóricas afetam o conceito de língua, assim como a forma que se concebe a gramática. A ligação entre a ideologia e a exterioridade, na AD, está amparada no vínculo entre o imaginário, o simbólico e o

real, o que afeta o sujeito e o efeito de sentido, uma vez que a relação entre os sujeitos interpelados ideologicamente, com o dizer atravessado pela ideologia e o inconsciente, configura-se em condições de produção, nas quais se processam o real e o imaginário.

É por isso que através da AD, vemos que as múltiplas vertentes de estudo que compõem a Linguística não são um apanhado de novos dados sobre a linguagem, que se apresentam sequencialmente em um simples encadeamento cronológico, mas existem aspectos discursivos que a definem e estabelecem seus confrontos assim como suas aproximações.

A partir disso, entendemos que os sujeitos autores dos manuais em estudo apresentam nas obras, constituídas em objetos simbólicos, dizeres cujo sentido é fruto dos efeitos de significação que não estão condicionados à literalidade, mas derivam da inserção de palavras e expressões em formações discursivas que refletem as formações ideológicas. Sendo assim, consideramos que o cientista da linguagem, assim como o seu dizer sobre a linguagem apresentado nos manuais, ecoa vozes de outros lugares discursivos, que influenciam sua organização e os conteúdos apresentados.

Todo o dizer do sujeito, e não apenas alguns termos, remetem a situação discursiva e está condicionado à interpretação, pois não existe sentido sem que haja este gesto. Deste modo, “a produção de sentidos se dá pelo funcionamento (e não uso) da língua enquanto um sistema sujeito a falhas inscrevendo-se na história para significar.” (ORLANDI, 2014, p. 108). Portanto, a exterioridade na perspectiva da AD não se trata de contexto social, sendo o social uma questão de idade, sexo, escolaridade etc, como na sociologia, nem considera a língua pela noção de norma padrão, pois para a AD, o conceito de língua padrão é fruto de um processo institucional da língua e de identificação dos sujeitos às condições que constituem uma conjuntura política, em que há um jogo ideológico.

As observações feitas pela autora sobre a análise da exterioridade em diferentes formações teóricas, a relação com a conjuntura política e o vínculo entre o político e as questões teóricas, chamou-nos a atenção porque, embora esse não seja o foco da nossa pesquisa, serviu-nos como modelo de análise, pois, nesse caso, nós temos a investigação de um saber em lugares teóricos diferentes. Em nossa pesquisa, buscamos investigar como se inscreve uma mesma categoria

discursiva, o sujeito, na posição de sujeito professor e sujeito linguista, em manuais de Linguística, que por se situarem em épocas distintas, podem constituir-se como objetos simbólicos diferentes.

Sobre este tema, Lagazzi-Rodrigues (2007) diz ainda que a filiação a uma corrente teórica é um reflexo de reconhecer-se com alguma das possibilidades de perguntas e práticas científicas, em determinadas condições, ou seja, é uma condição inerente ao fazer científico, para que este seja legitimado, mas simultaneamente, aponta para o político, que também é uma característica inerente a linguagem, pois a língua configura como espaço político, isto é, um lugar de disputas.

Assim, a escolha teórica está submersa em um mar de questões ideológicas e políticas que norteiam a produção e recepção das teorias científicas (em nosso caso, de viés linguístico), pois a perspectiva oficial geralmente atende ao foco de interesse de quem está no poder, isto é, da vertente teórica que domina o território das discussões. Tal fato é ratificado por Kuhn (1998), ao mencionar que a rejeição de uma teoria ou aceitação de outra, é um processo que apenas se dá em virtude da competição entre os teóricos, evocando assim uma relação de poder subjacente a divulgação dos estudos linguísticos.

A circulação da ciência é veiculada, dentre as diversas formas, através das obras publicadas, deste modo, a legitimidade do conhecimento produzido, sustentada pelas instituições, se dá pela afirmação da autoria (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007). Nesse sentido, o conhecimento sobre a linguagem, por exemplo, que está diretamente relacionado a esta pesquisa, se legitima através dos manuais.

Além disso, o percurso histórico de uma disciplina se origina também na história das instituições que contribuíram com a sua construção, e nesse aspecto, devem ser também considerados os materiais didáticos, utilizados para o ensino, uma vez que servem como difusores do saber sobre a língua e sobre os sujeitos (SCHERER & PAULA, 2002).

Com base no que discutimos, percebemos que para desenvolver uma análise crítica dos manuais de Linguística, com base na AD, não poderíamos deixar de incluir em nossos fundamentos teóricos, as reflexões que esta área já apresenta em torno da ciência da linguagem. Além disso, vemos a importância da AD para a

pesquisa, porque aponta encaminhamentos para o cumprimento de nossos objetivos de pesquisa, e a AD vem exatamente para responder a necessidade de situar as questões ideológicas, sócio-históricas e políticas envolvidas nos estudos linguísticos.

A fim de esmiuçar de maneira mais adequada, nossa compreensão dos manuais de Linguística, que se configuram como objetos simbólicos de discurso, e como se constrói discursivamente, os papéis de linguista e de professor, apresentamos no próximo capítulo, as categorias discursivas que nortearam nossa pesquisa: sujeito, sentido e lugar discursivo.

CAPÍTULO II

SUJEITO, SENTIDO E LUGAR DISCURSIVO: REFLEXÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO

Mencionamos anteriormente que esta pesquisa está inserida no campo da Análise do Discurso, deste modo, consideramos relevante indicar, inicialmente, os princípios da AD e a maneira como esta apreende a língua.

Entendemos que a AD acopla três áreas do conhecimento (ORLANDI, 1999): Sintaxe e enunciação (Linguística), Ideologia (História) e Discurso (Teoria do Discurso). A soma destes elementos constitui o trabalho que a teoria estabelece com o sentido, o que nos leva ao conceito discursivo de compreensão: “Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos” (ORLANDI, 1999, p.26).

A compreensão é, assim, o entendimento do funcionamento das interpretações, que derivam da relação entre o sujeito e o saber discursivo. Então, vê-se que a AD focaliza a compreensão de como um objeto simbólico está revestido de sentido tanto para os sujeitos, quanto pelos sujeitos, o que nos permite entender o manual de Linguística como um objeto simbólico, através do qual podemos identificar sua significação para/pelos sujeitos que o produziram.

No que concerne à produção, é relevante também pensar o contexto em que ela se inscreve, porque para a AD, “a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (ORLANDI, 1999, p. 25). Deste modo, para pensar a significação dos manuais, é necessário considerar também o fator histórico, os elementos que compunham o cenário de sua publicação, o que respalda a identificação de discursos advindos de diversas instâncias.

Pensar em AD requer também refletir sobre o que é discurso, entendendo como este se constitui. Sendo assim, a primeira noção que afirmamos ter como eixo orientador é a de que o discurso efetiva-se no funcionamento da língua, pois ao utilizar-se da língua, o indivíduo se estabelece como sujeito (ORLANDI, 1999).

A palavra *discurso* traz, pela sua etimologia, a ideia de curso, de movimento. Deste modo, investigar o discurso pressupõe ver a língua em atividade, as práticas de linguagem. A noção de discurso não se restringe a uma transmissão de

informação, que segue um processo linear, pois a língua não é só um código entre os participantes da situação comunicativa, de maneira sequenciada, na qual um pronuncia a fala e o outro faz a decodificação, na verdade, há simultaneamente, um processo de instituição de sentidos.

Isto porque, os sujeitos envolvidos, afetados pela linguagem e pela história, evocam sua constitutividade ideológica na construção do seu dizer, que se torna não apenas um meio transmissor de informações, mas um conjunto de fenômenos de identificação do sujeito. E é a partir desse jogo de significação inerente às relações de linguagem, que chegamos ao conceito de discurso: “o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 1999, p. 21).

Partindo desta noção, escolhemos os manuais de Linguística como objeto de estudo, não olhando-os puramente como textos, que concedem informações sobre a Linguística, mas considerando que há neles a produção dos efeitos de sentido, que evocam processos ideológicos, constituintes dos sujeitos e das condições de produção.

Com isso, insurge-nos a pergunta: o que são condições de produção? Segundo Orlandi (1999), é possível considerá-las em um sentido estrito ou amplo. Em sentido estrito, temos as circunstâncias da enunciação, que é o contexto imediato. Em sentido amplo, temos o contexto sócio-histórico, ideológico.

No caso dos manuais de Linguística, por exemplo, o contexto imediato é o ambiente acadêmico, onde comumente circulam livros desse tipo, os autores e o tipo de suporte, que é um livro. Já quanto ao contexto amplo, há os elementos de ordem social, como a Universidade, que enquanto uma Instituição social, atua na eleição de representantes e na organização do poder, ratificando a questão política entre as teorias, como falamos anteriormente.

Por fim, entra a história, que está nos acontecimentos cuja significação está marcada pelo imaginário do sujeito, ou seja, a imagem que ele atribui para si e para o outro. Sendo estas imagens denominadas de formações imaginárias, são organizadas, por Pêcheux (1990), em expressões que as designam, e as significam.

Como elas estão presentes em todo processo discursivo, podemos ver que os participantes da situação comunicativa, quando enunciam, fazem com que suas expressões representem a imagem que ele tem do seu próprio lugar e do lugar do outro.

A esta noção de formação imaginária, Pêcheux (1988) soma o conceito de ideologia, e com isso entendemos que as imagens atribuídas pelo sujeito são também atravessadas por traços ideológicos, e por isso, as condições de produção abarcam o sujeito, que assume, na ótica da AD, a forma-sujeito histórica, conceito que será apresentado no tópico seguinte.

2.1 Sujeito

Pêcheux (1988) diz que a ideologia nos faz pensar o homem como ser ideológico, de modo que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia” p. 154), ou seja, a ideologia é uma estrutura elementar do discurso, pois a partir dela se estabelece o sujeito. Entretanto, ela se configura de modo a inibir seu domínio, produzindo evidências subjetivas. Entendendo-se “subjetivas” não como aquilo que afeta o sujeito, mas como o que o constitui, e se está em sua constituição, ela é mascarada pela “evidência do sujeito”: a ideia de que ‘eu’ sou a fonte do meu dizer, o que oculta o processo de interpelação e identificação ideológica.

É importante ressaltar que a ideologia apenas se materializa, isto é, se realiza linguisticamente através do sujeito e suas ações de linguagem. Ou seja, sujeito e ideologia, apesar do domínio desta última, são realidades simultâneas (DANTAS, 2007, p.65), pois como vimos, não existe sujeito sem ideologia. Disso resulta que o sujeito para Pêcheux, além de social, é histórico, e conseqüentemente ideológico (INDURSKY, 2000, p 71), o que Pêcheux (1988) designou por forma-sujeito histórica.

Este funcionamento da ideologia, no processo de interpelação dos indivíduos em sujeito do discurso, se concretiza através das formações ideológicas, e sobretudo através do interdiscurso, implicado nessas formações. Apresentaremos apontamentos acerca do interdiscurso, posteriormente, uma vez que esta é uma das nossas categorias de análise, mas desde já mostramos que o interdiscurso é o conjunto de discursos advindos de outros lugares, que determinam os dizeres do sujeito.

A determinação do discurso não é clara para o sujeito, pois ela concede para o mesmo uma realidade própria, que se configura como um “sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX 1988, p. 162). O sujeito não reconhece sua subordinação, sua inserção em um estado de

assujeitamento, uma vez que tal fato se dá sob uma sensação de autonomia. Este sentir-se dono do discurso remete-nos a questão da autoria, uma vez que o texto é considerado como a dispersão do sujeito, pois este se caracteriza por ser heterogêneo e pode tomar diversas posições no texto.

A forma-sujeito tem como uma de suas propriedades discursivas, portanto, o esquecimento daquilo que define o sujeito e que se inscreve discursivamente no mesmo. Ao explicitar esse esquecimento, Pêcheux (1988) aponta que há dois tipos: o esquecimento nº 1 está vinculado ao fato de que o sujeito não pode se encontrar na exterioridade da formação discursiva, que define o que pode e deve ser dito, exercendo domínio sobre ele. O esquecimento nº2 refere-se à seleção feita pelo sujeito, no interior de uma formação discursiva, de enunciados e sequências.

A inscrição do sujeito do discurso em uma formação discursiva, coloca-o em um processo de identificação resultante da interpelação pela ideologia, que é dissimulado pela identidade do sujeito. Tal processo identificatório é esboçado por Pêcheux (1988, p. 163), para quem “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (na qual ele é constituído como sujeito.”, dando-se esta identificação através da forma-sujeito, pela qual a formação discursiva tem seu dizer organizado.

Esta relação entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito é denominada por Pêcheux (1988) de tomadas de posição, que se distinguem em três modalidades. A primeira delas é a identificação, que ocorre quando o sujeito do discurso se identifica plenamente com a forma-sujeito da formação discursiva que o afeta, ou seja, há uma superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal, o que caracteriza o discurso do ‘bom sujeito’, que reflete naturalmente o sujeito.

O sujeito do discurso pode também se contrapor à forma-sujeito, tomando uma posição de distanciamento do saber da formação discursiva a qual se submete, relação que define a segunda modalidade dos processos identificatórios que é a contraidentificação. Temos ainda que o sujeito pode não apenas se posicionar contra um saber da formação discursiva, ele pode distanciar-se dela em si mesma, deslocar-se para outra formação e sua forma-sujeito correspondente, ocorrendo o processo de desidentificação, e a terceira modalidade de tomada de posição do sujeito do discurso, que impulsiona a instituição de uma nova forma-sujeito.

Destacamos ainda a contribuição de Althusser (1978) para o entendimento

da forma-sujeito. Para ele, os seres humanos são sujeitos na história, pois atuam nela. Sendo que isso apenas se dá quando os sujeitos agem nas diversas práticas sociais do “processo histórico”, adotando a forma–sujeito, a existência histórica do indivíduo participante das atividades sociais.

2.2 Sentido

A ideologia e o inconsciente são elementos imbricados para Pêcheux (1988), pois ele considera que ambos funcionam, não afetando o sujeito, mas sendo base da sua constituição. Apesar de contentar-se com esta percepção, Pêcheux reconhecia que a articulação entre os conceitos de ideologia e inconsciente ainda estava obscura, em um estágio teórico primário, o que exigia a necessidade de estudos futuros que buscassem delinear as fronteiras entre esses elementos.

Em resposta a essa carência conceitual, Maluf-Souza (2012), reverberando as palavras de Pêcheux (1988), aponta que há incompletudes na concepção de sujeito, e que há também fatores que aproximam e diferenciam as perspectivas de Lacan, na Psicanálise, e de Pêcheux, na AD. Dentre as comparações feitas, chamou-nos a atenção a noção de sentido. Segundo a autora, para ambas as áreas do conhecimento, o sentido é um efeito, ou seja, são formas de linguagem que se processam como efeitos de sentido.

Sendo assim, lidar com a significação na linguagem, baseada em uma perspectiva materialista, como a AD, pede que identifiquemos as condições de produção, dentre as quais os participantes do discurso são considerados como um de seus elementos estruturais. Entendemos que o sujeito não é a pessoa física, o organismo individual, mas que designa lugares determinados na estrutura de uma formação social, com base na relação com o outro, haja vista que considerá-lo enquanto social implica em não adotá-lo em sua condição individual e/ou puramente linguística (INDURSKY, 2000).

Reconhecemos que há um limite na língua, ancorado em aspectos históricos e sociais, que instituem fronteiras para os usos linguísticos e, por conseguinte, para o discurso. Inclusive, se não houvessem esses limites, os sentidos das palavras estariam prejudicados, pois dada a diversidade dos sujeitos e sua heterogeneidade constitutiva, não haveria comunicação plena, pois sob quase nenhuma circunstância, haveria unidade no processo de significação das palavras, ou seja,

não haveria sentido entre os sujeitos.

Retomando o que dissemos sobre a formação discursiva, vemos que o seu funcionamento produz o que se caracteriza por interdiscurso, justificando a posição de Pêcheux (1990), quando trata das formações imaginárias, e faz menção a sequência linguística dirigida entre os sujeitos, dizendo que não podemos analisá-la segundo uma transmissão de informação, pois dadas as propriedades do discurso, trata-se de um efeito de sentido.

Para apreender tais sentidos, é preciso considerar a interdiscursividade que subjaz as palavras e enunciados produzidos pelo sujeito. Deste modo, vemos que os sentidos produzidos em seu discurso inserem-se em formações discursivas, nas quais ecoam formações ideológicas (ORLANDI, 2012). Ou seja, é a ideologia que subsidia as proeminências que indicam que uma palavra ou enunciado digam o que de fato queriam dizer, e ainda escondem o que Pêcheux (1988) irá chamar de *caráter material do sentido*, a dependência ideológica dos sentidos:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] (PÊCHEUX, 1988, p. 160)

Com esta afirmação, Pêcheux (1988) desconstrói a ideia do sentido literal, mostrando que a palavra significa em si mesma, mas que sua significação está associada ao discurso, a uma formação discursiva, que é o lugar da constituição do sentido

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]. (PÊCHEUX, 1988. p. 162)

Pêcheux (1988) reforça assim o papel da ideologia na produção de sentidos, e, por conseguinte, na formação discursiva, visto que, como ele destaca, com base em Henry (1974), o sujeito apenas se faz sujeito em seu discurso quando se identifica com formação discursiva que exerce domínio sobre ele (PÊCHEUX, 1988). O sentido excede a superfície linguística, uma vez que se constitui discursivamente, definindo-se pelas condições ideológicas que circundam o quadro sócio-histórico em que está inserido.

Entendida a concepção de ‘sentido’ depreende-se desta a noção de *efeito*

de sentido, que pode ser entendido como o trabalho discursivo atravessado nas palavras e expressões (DANTAS, 2007). Em suma, temos que a repetição ou modificação dos sentidos sugere que as palavras, expressões, proposições, etc., têm seu sentido modificado a partir das posições ideológicas tomadas por aqueles que as utilizam, destarte, o sentido é adquirido baseado nas formações ideológicas e, por conseguinte, nas formações discursivas em que essas posições subjetivas se inserem.

Pêcheux (1988) enaltece, mais uma vez, o fator sócio-histórico que, somado à ideologia, fundam-se como elementos relevantes para as concepções arraigadas na AD. Então, para ele, a formação discursiva é aquilo que define o que pode e deve ser dito, baseado em uma formação ideológica.

Se o dizer é definido por uma formação discursiva, respaldado por ideologias, quando o sujeito enuncia, se insere em uma formação discursiva, ocupando o lugar de sujeito de discurso, o que se vincula a nossa próxima categoria de análise: o lugar discursivo.

2.3 Lugar discursivo

Grigoletto (2007) tece uma reflexão sobre o lugar social (empírico) e discursivo:

o lugar discursivo é determinado não só pelo lugar social, mas também pela estrutura da língua, materializada no intradiscurso. Assim, tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é construído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. (GRIGOLETTO, 2007, p. 129)

O lugar social e discursivo são realidades imbricadas, todavia, precisamos ter a clara noção de que a formação discursiva compreende o lugar discursivo. O sujeito, situado neste espaço, manifesta em seu discurso a miscelânea de elementos históricos, políticos, religiosos, jurídicos, etc., o que é agravado pela heterogeneidade entre regiões e sociedades, de modo que um mesmo indivíduo pode construir um discurso advindo de vários lugares, podendo ser até de lugares conflitantes (DANTAS, 2007). A heterogeneidade conferida à formação discursiva reflete o motivo pelo qual foi pensado este conceito, introduzido por Foucault (1995), para resolver este “tumulto” discursivo:

No caso em que se puder, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os

tipos de enunciação, os conceitos as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção que se trata de uma *formação discursiva*.” (id., *ibid.*, 1995, p. 43)

O que Foucault (1995) indica? De sua afirmação, podemos ver que no interior de uma formação discursiva há uma essência heterogênea, pois os enunciados que a compõem terminam sempre apresentando traços que os distinguem, sendo assim semelhantes, mas não iguais, de modo que também se torna difícil definir regularidades entre eles, pois há uma linha tênue entre as suas especificidades, acarretando agrupamentos enunciativos cujas propriedades podem ser divergentes, assegurando a heterogeneidade dessas formações.

Retomando o que Pêcheux (1988, p. 162) nos fala sobre formação discursiva, podemos observar que ela oculta sua dependência do “todo complexo com dominante”. Mas o que é esse “todo complexo”? Pêcheux identifica-o como interdiscurso, “que reside no fato de que ‘algo fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, ou seja, quando o sujeito enuncia, o seu discurso está impregnado de outros, advindos de outros lugares e de outros sujeitos. Este grupo de discursos que atravessam a enunciação subjetiva é o interdiscurso

A relação entre interdiscurso e formação discursiva está em ser o interdiscurso o ambiente em que se estabelecem os artefatos dos quais o sujeito se apropria para torná-los componentes de seu discurso, que será produzido sob o domínio de uma formação discursiva (GREGOLIN, 2007).

A determinação das formações pelo interdiscurso dá-se porque ele por si próprio já é um conjunto de formações discursivas, além disso, estas são configuradas pelo mesmo, pois os saberes que não integram uma formação discursiva, a partir de uma dada conjectura e um determinado período, passam a fazer parte de sua composição, reafirmando a estrutura heterogênea das formações discursivas. É o interdiscurso que concede dizeres que interferem na forma como o sujeito constrói sentidos em uma situação discursiva (ORLANDI, 1999).

Este interdiscurso, conforme expõe Pêcheux (1988), está atrelado às formações ideológicas, então se os indivíduos são interpelados em sujeito pela ideologia, indica-se que a ação da ideologia dá-se através das formações ideológicas e, conseqüentemente, pelo interdiscurso interiorizado nessas formações. Essa relação de dependência ideológica do sujeito não é percebida pelo mesmo,

dada a transparência da linguagem, mas o fato é que se o sujeito se estabelece como sujeito do discurso quando se identifica com a formação discursiva, como já dissemos, essa identificação também se estabelece com o interdiscurso, vista a sua intrínseca relação com esta formação.

Dantas (2007) acrescenta ainda que há quatro maneiras mais comuns dos discursos retomarem outros discursos específicos, ou seja, dos interdiscursos se manifestarem, a saber: reconstrução, que se dá quando se diz algo que todos já sabem, esquecendo desse fato; a confirmação, na qual todas as vozes convergem para um mesmo objetivo; a contradição, que acontece quando as diferentes vozes divergem e atribuem lugares diferentes de sentido no mesmo espaço discursivo; e a polêmica, na qual temos diversas vozes, mas no mesmo lugar do dizer do sujeito.

As diversas manifestações do interdiscurso atestam que o sujeito tem sua enunciação influenciada por diversos discursos que integram a sua compleição, discursos estes que nascem em formações discursivas encontradas “em constante processo de estabilização e desestabilização” (FERREIRA, 2009, p. 223). É por isso, que ao analisar as filiações teóricas em que se enquadram os discursos evocados nos manuais, não assumimos uma postura restritiva, isto é, que situa o manual em uma perspectiva de estudos da linguagem única, buscamos perceber as correntes teóricas predominantes, pois os discursos que subjazem os dizeres dos sujeitos não são fixos, mas passeiam em diversas instâncias, o que promove essa estabilidade e desestabilidade proposta pela autora.

A este respeito vemos que é na relação entre o sistema linguístico e a formação discursiva que se situa a realização de práticas discursivas, que permitem aos sujeitos produzir e reconhecer os sentidos. Destacamos o sistema linguístico porque ele é a “base comum de processos discursivos diferenciados” (GREGOLIN, 2007, p. 175), que atrelado à formação discursiva, que define o que pode e dever ser dito, embasado em uma formação ideológica, firma-se como um instrumento de construção e compreensão dos sentidos.

A produção e a compreensão dos sentidos suscitam outro conceito que é o de interpretação. Como as construções linguísticas do sujeito são permeadas por ideologias, a forma como ele mobiliza os sentidos nestas construções denunciam gestos de interpretação, que são apontados por Orlandi (1996, p. 18), como “o lugar próprio da ideologia”, ou seja, a interpretação se estabelece a partir de um lugar na

história e na sociedade no qual se situa o sujeito que enuncia, o que em nosso caso, se relaciona ao contexto de disciplinarização da Linguística em nosso país, em meados da década de 60, e os ecos desse fato, em alguns períodos posteriores.

Cientes de que os procedimentos da AD exigem “um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise” (ORLANDI, 1999, p. 67), e considerando a intrínseca ligação entre os diversos elementos constituintes do discurso, apesar de termos apresentados múltiplos conceitos ao longo deste capítulo, enfatizamos novamente, que para atender os objetivos de nossa pesquisa, temos como categorias de análise, o sujeito, o sentido e o lugar discursivo, visto que essas três juntas nos permitiram identificar as imagens da Linguística que perpassam os manuais analisados, reverberando sentidos para o linguista e o professor.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os pressupostos teóricos e epistemológicos que embasaram os encaminhamentos metodológicos para desenvolvimento de nossa investigação estão expostos nesta seção, e apresentam-se organizados em duas partes, a saber: *Natureza e tipo da pesquisa* e *Delimitação do corpus e procedimentos de análise*.

3.1 Natureza e tipo de pesquisa

A nossa pretensão de investigar dos lugares discursivos do professor e do linguista, traçou, portanto, um caminho metodológico voltado para os estudos do discurso, enquadrando-se teoricamente na Análise do Discurso filiada ao pensamento de Michel Pêcheux.

A ideologia apenas se materializa, isto é, se realiza linguisticamente, através do sujeito e seus gestos de interpretação, o que nos deu respaldo para ter os manuais de Linguística como suporte para construção do *corpus* de nossa pesquisa, pois estas obras se configuram como objetos simbólicos e uma ação de linguagem, e, por conseguinte, uma possibilidade de ferramenta para analisar o discurso.

A natureza da fonte do *corpus* a ser construído implica em caracterizar os nossos dados como documentais, mas enfatizamos que na perspectiva da AD, não se analisa texto, mas o discurso. O texto é a materialidade do ato de linguagem, resultando de um processo que gira em torno de um sujeito falante e condições de produção específicas, sendo assim perpassado por diversos discursos relacionados a gêneros ou a contextos diversos.

Para destrinchar os manuais linguísticos, decifrando os lugares discursivos atribuídos ao professor e o linguista, foi preciso então observar essa particularidade, discursivamente marcada através das expressões que compõem a superfície linguística dos textos. Com isso, a pesquisa interpretativista, de abordagem discursiva e de cunho qualitativo configurou-se como o caminho mais adequado para o desenvolvimento da investigação.

3.2 Delimitação do *corpus* e procedimentos de análise

O nosso passo introdutório foi definir nossa questão de pesquisa, que tem como foco o discurso sobre a Linguística e sua relação com lugares do linguista e o professor. Com base nessa definição, o próximo passo foi escolher a superfície linguística que funcionaria como suporte para os discursos analisados. Considerando nossos interesses de pesquisa, os manuais de Linguística se apresentaram como espaço adequado para a delimitação do *corpus*. Para escolher exatamente quais seriam, fizemos inicialmente uma busca na internet de planos de curso de disciplinas de graduação em Letras, de diversas instituições.

Para nossa pesquisa, foi relevante fazer essa busca nos planos de curso, porque entendemos que as instituições de ensino superior se constituem como espaços onde se legitimam ideologias, através dos manuais de Linguística, por exemplo, e também por serem lugares sociais de produção e circulação do objeto em foco.

Com isso, obtivemos um total de quinze planos de curso¹ de Letras, de diferentes universidades, através dos quais observamos a majoritária presença nas referências bibliográficas indicadas, de quatro manuais de linguística, a saber: *Introdução aos estudos linguísticos* (BORBA, 1967); *Fundamentos da Linguística Contemporânea* (LOPES, 1977); dois volumes da obra *Introdução à Linguística*:

¹ Os planos de cursos podem ser consultados através dos links abaixo:

- <http://www2.unucseh.ueg.br/graduacao/letras/downloads/plano_curso/1ano/linguistica1.pdf>
- <<http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/colet/Colet%202013/Planos%20de%20Curso/1%C2%B0%20Semestre/ILE.pdf>>
- <<http://www.cursodeletras.ufc.br/DEPTO.%20DE%20LETRAS%20VERNACULAS/Introducao%20a%20Linguistica.pdf>>
- <<http://grad.letras.ufmg.br/programas-de-disciplinas/linguistica-site.pdf>>
- <<http://www.letras.ufscar.br/linguistica.pdf>>

- <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCL/Letras/PLANOS_DE_ENSINO_LETRAS_2009/1A/Linguistica_I.pdf>
- <http://www.letras.ufg.br/up/25/o/L__ngua_Portuguesa_e_Ling____stica20082.pdf>
- <<http://graduacao.fflch.usp.br/sites/graduacao.fflch.usp.br/files/programas%20de%20Lingu%C3%ADstica%20I%20II%20III%20IV.pdf>>
- <<http://graduacao.fflch.usp.br/sites/graduacao.fflch.usp.br/files/programas%20de%20disciplinas%20Curso%20de%20Letras%20Portugu%C3%AAs.pdf>>
- <<http://graduacao.fflch.usp.br/sites/graduacao.fflch.usp.br/files/ementas%20FLL.pdf>>
- <<http://fundamentoslinguisticosufcg.blogspot.com.br/2011/04/plano-de-curso.html>>
- <<http://www.cchla.ufpb.br/dlcv/images/pdf/programas/fundlinguistica.pdf>>

domínios e fronteiras (MUSSALIM;BENTES,2001) e dois volumes da obra Introdução à Linguística (FIORIN, 2014).

As edições foram escolhidas posteriormente, tendo em vista que as nossas questões de pesquisa se voltam para dois momentos históricos. O primeiro inclui a década de 60 e 70, que foi o período inicial após a Linguística tornar-se disciplina obrigatória nos cursos brasileiros de Letras. O segundo abarca as duas últimas décadas, anos 2000 e 2010, para observar como a Linguística e seu ensino são compreendidos atualmente.

Após as seleções dos manuais, realizamos a leitura das obras para eleger os recortes textuais que fariam parte da composição do nosso *corpus*. Sob o critério da relação com a imagem da Linguística, do linguista e de professor que perpassa o discurso de cada obra, selecionamos um total de 37 recortes textuais, que foram analisados, com base nas categorias da AD, já mencionadas: sujeito, sentido e lugar discursivo.

CAPÍTULO IV

OS LUGARES DISCURSIVOS DO LINGUISTA E DO PROFESSOR EM MANUAIS DE LINGUÍSTICA BRASILEIROS

Neste capítulo, apresentamos nossas reflexões analíticas. Estamos cientes de que os manuais que nos propomos a analisar apresentam inesgotáveis elementos importantes para a reflexão, entretanto, não propomos alcançar a exaustividade dos discursos, mas limitados por nossas questões de pesquisa, esboçamos nossa análise organizando-a em duas etapas: análise dos manuais do período entre os anos 1960 e 1970 e análise dos manuais do período entre os anos 2000 e 2010.

Em ambas as etapas, analisamos, para cada manual² selecionado, os lugares discursivos do linguista e do professor, considerando a imagem da Linguística e do linguista abordada no manual, observando como se configura discursivamente a ciência da linguagem e o lugar discursivo do cientista, bem como a imagem do professor, elencando as relações entre a Linguística e o seu ensino.

4.1 O LUGAR DISCURSIVO DO LINGUISTA E DO PROFESSOR NOS ANOS 1960 E 1970

Sobre este primeiro momento, retomamos o que dissemos anteriormente, que os estudos linguísticos no Brasil se caracterizavam pela questão disciplinar da Linguística, o aumento dos cursos de pós graduações em Letras e o desenvolvimento de trabalhos em diversas áreas, o que se relaciona com a produção dos manuais.

4.1.1 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS (BORBA, 1967)

Quando discutimos os postulados teóricos que embasam nossa pesquisa, vimos que as palavras não têm um sentido literal, mas que sua significação se constitui discursivamente, considerando os efeitos de sentido refletidos nos enunciados, a partir das condições históricas e ideológicas. Sendo assim, faz-se

² Para melhor visualização da organização das obras, colocamos os sumários em anexo.

necessário inicialmente apresentar algumas informações acerca do manual.

A obra *Introdução aos estudos linguísticos* foi elaborada por Francisco da Silva Borba. Dentre as edições publicadas, elegemos a de 1967 para compor nosso estudo, uma vez que situa-se temporalmente no período próximo à instituição disciplinar da Linguística. Nesta época, o autor tinha o título de licenciado em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e regia o Curso de Linguística na Faculdade de Filosofia de Araraquara-SP. O manual foi publicado pela Companhia Editora Nacional, a editora da Universidade de São Paulo, e contém 305 páginas.

Quanto aos paratextos que compõem a obra, identificamos que nas dobras da capa há uma apresentação da mesma e do autor, escrita por Isaac Nicolau Salum, a quem é dedicado o manual, reconhecendo-o como mestre e grande amigo. Há também outra apresentação do livro, de autoria de Francisco Martins, que na época era o presidente da Câmara Brasileira do Livro, e na página seguinte, uma nota preliminar, que se configura como um prefácio, no qual Borba (1967) apresenta algumas considerações sobre o manual.

A motivação do autor para publicar a obra, conforme ele expressa na seção, foi de introduzir o leitor especificamente na disciplina de Linguística, e para isso, organiza o manual apontando inicialmente os conceitos com que ela trabalha e em seguida, os mecanismos de análise que demonstram o funcionamento e a integração entre os elementos do arcabouço linguístico. Vejamos o recorte textual (doravante RT) :

[RT 1] Este manual pretende ser um roteiro para alunos de primeira série dos cursos de Letras de nossas faculdades. Ainda mal habituado ao manejo de bibliografia estrangeira e sob o impacto de uma disciplina totalmente nova, ou quase totalmente nova, é natural que o estudante não produza o suficiente ou, então, desanime. (p.3)

Neste excerto, podemos ver como o indivíduo se institui como sujeito ao apontar a pretensão do manual, que é ser um roteiro, marcando sua posição como sujeito autor, visto que aponta seu objetivo de escrita. Em seguida, há a indicação do público-alvo da obra que são os alunos de primeira série dos cursos de Letras. Ao fazer esta referência, o sujeito assume um discurso didático, centrado no fazer pedagógico, o que implica discursivamente que o sujeito autor identifica-se com a função de ensinar a Linguística, firmando a posição de sujeito professor.

É possível situarmos historicamente o manual através daquilo que é dito acerca da Linguística, caracterizada como “uma disciplina nova ou quase totalmente nova”, ratificando o que dissemos anteriormente acerca do contexto do ensino superior em Letras, no qual o manual foi publicado.

Com isso, o discurso veiculado no manual é constituído pelo desejo, que pode ser visto também como a esperança de cooperar com a resolução dos desafios impostos por essas mudanças nas universidades, sendo que junto a isso, há também a dúvida, a incompletude, conferindo a contradição à língua com que o sujeito interpreta os fatos, pois ao passo que transmite a pretensão de ser um material base para os alunos, há também a dúvida e a insegurança por não ter a formação necessária, alicerçando um discurso de fragilidade da Linguística no que concerne ao seu alcance no Brasil.

Deste modo, para legitimar sua voz no cenário acadêmico, é esclarecido que o manual está apoiado em uma bibliografia estrangeira:

[RT 2] [...] é um simples trabalho de compilação geral e, como tal, apóia-se na autoridade de grandes mestres como Saussure, Meillet, Vendryès, Martinet, Sapir, Gray, Gleason e muitos outros. (p. 4)

Além de destacar mais uma vez a “bibliografia estrangeira”, agora citando nomes específicos, o discurso de afirmação do valor é sustentado pelos termos “autoridade de grandes mestres”. É relevante destacar o contraste entre o “pequena” referido ao manual e o “grande” ligado aos teóricos mencionados. Com esta colocação, vemos que o autor diz apoiar-se nos linguistas para elevar seu manual como uma grande contribuição, veiculando um discurso de autoridade e respaldo científico.

Neste sentido, Borba (1967) começa a introduzir de maneira mais contundente os elementos científicos de seu discurso, dando mais sentidos a ciência dos estudos da linguagem:

[RT 3] Na exposição dos fatos linguísticos não obedecemos a um ponto de vista único, justamente para mostrar as diversas tendências da linguística atual. (p.3)

O termo que introduz o excerto “exposição” aponta que o manual reproduz conceitos, isto é, não traz consigo a intenção de fazer ciência, o que indicaria uma posição de linguista, mas de divulgar os fatos linguísticos abordados nas “tendências da linguística atual”. No que concerne a este papel de divulgador da Linguística, é

relevante destacar que Borba afirma não obedecer a um único ponto de vista, fato ratificado depois pelo uso do termo “diversas”.

Com isso, evoca-se o discurso de que a Linguística é uma ciência múltipla, isto é, que não segue uma verdade única e absoluta para estudar a linguagem, sendo cada vertente teórica importante para a compleição dos estudos da linguagem. Deste modo, Borba indica não assumir um posicionamento científico de escolher uma única teoria linguística para seguir.

A própria definição de Linguística dada no capítulo de abertura do manual, retoma o efeito de sentido de que os estudos linguísticos são regidos por uma visão geral dos fenômenos da linguagem:

[RT4] A linguística diz respeito ao estudo da linguagem e das línguas em todos os seus aspectos – estrutura, funcionamento e inter-relações. (p. 9)

Observamos que, nesse trecho, o termo “todos” indica mais uma vez um discurso de definição da Linguística, de maneira que sua área de atuação e campo de estudo abarca as diversas manifestações da língua e as práticas de linguagem. Com isso, Borba (1967) incide sobre a posição linguista, o discurso multidisciplinar, isto é, que não se volta para apenas uma área, mas tem uma formação que envolve a totalidade da Linguística.

Outro aspecto relevante do manual sobre a conceituação da Linguística, diz respeito a origem dos estudos linguísticos. Vejamos o excerto seguinte:

[RT5] Nas mais remotas civilizações encontramos, então, mesmo elementar, uma ciência da linguagem. Já no Velho Testamento (Gênesis 1, 5, 8, 10) aparecem alusões aos nomes dados à criação. (p. 12)

Este recorte textual foi retirado do segundo capítulo, intitulado História da Linguística. Sendo assim, para o autor a ciência da linguagem não se inicia com Saussure, pois ainda que de caráter “elementar”, isto é, com métodos e dados incipientes, já se estudava a linguagem nas antigas civilizações. E isto, para Borba (1967), já era fazer ciência. Inclusive, a menção aos textos bíblicos como um exemplo de estudo científico da linguagem, aponta um discurso que vincula fé e ciência, diferentemente do que se observa hodiernamente, haja vista que, de modo geral, são consideradas instâncias distintas.

Deste modo, a Linguística estabelece-se como uma ciência que não só legitima o uso de textos bíblicos como instrumento de coleta de dados para

pesquisas sobre linguagem, assim como eles mesmos se instituem como uma das bases para a origem da própria linguística. Neste momento, o autor nos mostra que a Linguística pode ser entendida como uma ciência antiga que foi aprimorada para chegar a configuração estudada na época em que o manual foi publicado.

Expondo mais detalhadamente os tópicos selecionados pelo autor para compor o manual, temos que ele se apresenta em dois grandes blocos, aos quais o autor intitulou de *Generalidades* e *Estrutura da linguagem*, respectivamente. A primeira parte apresenta sete capítulos, sendo eles: “Objetivos dos estudos linguísticos”; “História da linguística”; “A língua”, “As línguas do mundo”; “A linguística histórica” e “Métodos linguísticos”. Na segunda parte temos quatro capítulos: “Fonética”; “Morfologia”; “Sintaxe” e “Léxico”, de modo que a estruturação dada nos permitiu ver a constitutividade do discurso sobre a Linguística e o linguista e sua relação com o ensino, pois este é o modo como deve se organizar a construção do conhecimento sobre a linguagem, na perspectiva do autor.

Observando os títulos dos dois grandes blocos e os capítulos contidos neste, vemos que o manual apresenta uma preocupação especial com os estudos estruturais da linguagem. Tal fato retoma o discurso do autor de que “não obedeceria a um ponto de vista único” e que o manual é apenas uma “exposição” de conceitos, demonstrando que na verdade, toma-se uma posição de filiação teórica, pois ao dedicar a segunda parte do manual a “Fonética”; “Morfologia”; “Sintaxe” e “Léxico”, temos uma escolha teórica predominante, assim como o posicionamento de instituir um conceito descritivo de Linguística, isto é, não só se apontam conceitos de maneira geral, mas há o objetivo de incuti-los como base da formação dos alunos de Letras, tendo em vista que o autor dirige seu manual aos discentes iniciantes no ensino superior.

A filiação teórica de Borba (1967) faz-se notória no sétimo capítulo, no qual ele aborda os métodos linguísticos. Inicialmente, mostra-se que há diferentes métodos para pesquisas linguísticas e que todos têm dado resultados produtivos, entretanto, quando menciona-se o método descritivo, é solicitado que retorne-se ao terceiro capítulo, para rever a seção “A lingüística descritiva moderna. Análise lingüística” (BORBA, 1967, p. 48). Dentre as informações abordadas nesta, o autor menciona que há quatro planos possíveis para descrever os elementos de uma língua que são internos: fonológico, que está vinculado à fonética; gramatical, que

abarca a morfologia e a sintaxe; léxico e estilístico, isto é, as partes que são apresentadas na segunda parte do manual.

Apesar de serem tratadas várias vertentes de estudos linguísticos, o foco está na Linguística Descritiva. Portanto, o autor filia-se a uma vertente descritiva da Linguística, o que sinaliza a posição de linguista e subjaz discursivamente a definição da descrição fonética, gramatical e léxica como objeto teórico principal da Linguística construída no manual *Introdução aos estudos linguísticos* (BORBA, 1967). Deste modo, o lugar do linguista, segundo o discurso do manual de Borba (1967), é constituído por uma imagem heterogênea, mas que tende a amparar-se na abordagem descritiva estruturalista, refletindo o momento histórico em que está inserido.

Para análise da relação do discurso da Linguística e do linguista com o ensino, partimos da retomada do primeiro excerto analisado, no qual o olhar especificamente voltado para o nosso país é ressaltado, quando o sujeito assume uma posição de professor no Brasil ao fazer uso do pronome possessivo “nossas” associado ao termo “faculdades”, restringindo o foco do manual para suprir as carências acadêmicas do aluno brasileiro, “mal habituado ao manejo de bibliografia estrangeira”, demarcando a diferença da formação dos alunos de outros países, onde se originaram os estudos linguísticos, e também o estado incipiente da ciência linguística no Brasil.

As limitações são reconhecidas não só nos alunos, mas no próprio sujeito-autor, que em um trecho posterior, diz que há defeitos na obra, devido à circunstâncias diversas, mas principalmente por causa das próprias limitações, de modo que, para o sujeito, será uma honra receber críticas, que ele já caracteriza como justas, da sua “*pequena contribuição*” (BORBA, 1967, p. 4).

A partir disso, o sujeito se mune de uma estratégia de defesa, que também funciona discursivamente como um ataque às críticas: ele caracteriza seu manual como uma “*pequena contribuição*”, e as críticas como “justas”, mesmo antes de saber quais seriam elas.

Podemos observar ainda outro recorte textual, no qual o sujeito veicula sua posição de cientista da linguagem, e de professor também:

[RT 6] Julgamos que a conceituação e a fixação de uma nomenclatura é um dos primeiros passos na penetração de uma ciência. (p.3)

A marca da linguagem que denota o discurso da ciência linguística é o próprio termo “ciência”, mas vemos uma mescla com o discurso pedagógico da ciência através do termo “penetração”, visto que indica um processo de assimilação e aprendizado, voltado, então, para o aluno, e que se assenta na posição do professor, que deve preocupar-se inicialmente com conceitos e nomenclaturas, o que subjaz o discurso da prática de ensino afeita a uma visão estritamente estrutural da organização do conhecimento ensinado, não voltado para a reflexão.

Destacamos ainda, que a mescla do discurso da ciência e do ensino instituídos neste recorte, mostra como as posições assumidas pelos sujeitos não obedecem a limites intransponíveis, mas revelam a fluidez do discurso e seus atravessamentos.

Retornando a disposição dos capítulos do manual, apresentada anteriormente, vemos que a obra *Introdução aos estudos linguísticos* (BORBA, 1967) inicia apresentando o objetivo dos estudos linguísticos. A escolha metodológica do autor demonstra que, antes de apresentar um determinado conteúdo, é preciso impulsionar o interesse pelo estudo compreendendo sua importância.

A sequência iniciada com este passo retoma um discurso recorrente no âmbito escolar: “para que isso serve?”, “para que estudar esse assunto?”, “por que eu preciso saber disso?”, de modo que há entre os alunos o pré-construído de que a necessidade de se aprender algo está em sua aplicação prática, o que circula no sentido dos enunciados desde que o manual foi publicado:

[RT 7] Já se tem ouvido dizer que, num país como o Brasil, onde quase tudo está por fazer, não se deve perder tempo com o ensino (e a pesquisa?) de disciplinas sem nenhuma aplicação prática imediata e cujo o escopo é o deleite intelectual. Só os países saturados de civilização podem dar-se a tais luxos. A linguística estaria neste caso. (p.7)

Mencionamos aqui que o discurso de finalidade de disciplinas é recorrente entre os alunos. Não ancoramos esta afirmação em uma teoria porque ela está associada a nossa própria vivência enquanto sujeitos que tiveram alguma experiência de ensino, ainda que exercendo apenas o papel de aluno, e sendo assim, não só dissemos como também ouvimos enunciados cujo sentido explora este discurso.

Um fator interessante que observamos no excerto acima é que o manual foi publicado em 1967, mas são discursos que perduram até hoje, de modo que existem

marcas que circundam este lugar de professor atravessando épocas, estabelecendo sentidos atemporais.

O termo “já se tem ouvido dizer” demonstra discursivamente o quanto é comum ter a noção de que não se deve investir tempo com o ensino e a pesquisa da Linguística, sendo esta entendida como uma disciplina sem “aplicação” e que é útil apenas para o “deleite intelectual”. O sujeito já se coloca contra quando utiliza a forma verbal “estaria”, que opera discursivamente como um marcador de negação e não aceitação da ciência, como componente da categoria de disciplina sem utilidade “num país como o Brasil”, sendo assim, ele assume ver praticidade na ciência da linguagem e sua aplicabilidade cotidiana e científica.

Há também outro aspecto que merece ser destacado neste excerto: o questionamento sobre a pesquisa, colocado entre parênteses junto a “ensino”. Borba (1967) coloca a questão de ensinar primeiramente porque esse era o foco das discussões na época, com a recente mudança na grade curricular do curso de Letras. Entretanto, vemos que, para ele, a pesquisa está de tal modo relacionada ao ensino, que se coloca como um parêntese, isto é, são instâncias diferentes que estão intrinsecamente vinculadas, de modo que ser professor implica em também ser linguista.

Este discurso é assumido de forma tão contundente pelo sujeito autor, que ele parece assumir, simultaneamente, a posição de cientista da linguagem e de professor. Observemos outro excerto:

[RT 8] Isto quer dizer que precisamos não somente de tradutores mas também de linguistas para preparar professôres de línguas estrangeiras. Aliás, o linguista está apto a preparar os dois tipos de especialistas. E não se vá agora dizer que tradutores e professôres de línguas estrangeiras não são necessários! (p. 8)

Esta sequência discursiva estava enquadrada no momento do texto em que o autor defende a importância da Linguística. Vemos que neste discurso de afirmação da relevância desta, termina-se colocando o linguista como professor, dotado de aptidões para formar tanto tradutores quanto professores de língua estrangeira.

Refletindo algumas das implicações sobre ser “tradutor” e ser “professor de língua estrangeira”, vemos que o tradutor opera com questões voltadas estritamente para a língua, como o vocabulário, noções fonológicas, morfológicas e sintáticas. Já o professor de língua estrangeira, além da língua, precisa saber como ensiná-la, e

ainda ensinar como deve se dar o processo de torná-la um objeto de ensino, constituindo uma ação metalinguística de ensino, porque se ensina a ensinar, acrescentando-se o fator didático às implicações que circundam este papel social.

Deste modo, para o sujeito da enunciação em análise, o linguista não só conhece a língua, assim como está munido de ferramentas didáticas e metodológicas para formar em outros o conhecimento linguístico e o conhecimento didático. Sendo assim, o ensino da Linguística, conforme Borba (1967), é efetuado pelo sujeito cientista da linguagem, que assume também a posição de professor. Ou seja, o professor de Linguística deve ser um linguista, segundo a perspectiva do autor. Tal fato fica evidente nos seguintes recortes:

[RT 9] A primeira tarefa do professor há de ser, pois, a de esclarecer e mostrar a importância e a utilização de tais estudos (p.10)

[RT 10] Na escola secundária freqüentemente nossos alunos se confundem na distinção entre subordinada e principal, tomando uma pela outra. É fato explicável e compreensível. (p. 257)

No recorte textual 9, logo no início, utiliza-se o termo “professor”, que entra no texto como um referente ao linguista, isto é, um elemento que o substitui, pois falava-se pouco antes que o linguista é um profissional preparado para uma dupla tarefa, conforme dissemos, e logo em seguida, menciona-se que o professor deve esclarecer qual a relevância dos estudos linguísticos.

No segundo, o uso do pronome possessivo “nossas” fazendo referência aos “alunos”, indica a tomada de posição do autor como sujeito professor, e também aponta a iniciativa de formar outros professores, pois o seu ato enunciativo inclui um “eu” e um “tu”, portanto, desde o início do curso de Letras, traz a noção de que o propósito deste curso é formar professores. Sendo que, partindo do que analisamos anteriormente, quem está apto para formar tanto o conhecimento da língua, isto é, os conteúdos relativos ao conhecimento linguístico, quanto o método de ensino da mesma, ou seja, a noção de como ser um professor de língua, é o linguista.

Deste modo, o autor coloca-se também como cientista da linguagem, explorando mais uma vez que o professor é necessariamente um linguista, e vice-versa. Para alicerçar ainda mais as bases escolares da Linguística, Borba estabelece o termo “disciplina científica”, que marca discursivamente o que estamos apresentando sobre a relação entre Linguística enquanto disciplina e ciência:

[RT 11] Como disciplina científica pode ser tratada nos seguintes tópicos:
1- Sua história e desenvolvimento desde a antiguidade até os tempos modernos

nas várias partes do mundo. Isto para aquilatar-se o material com que já pode contar.

2- Análise dos métodos e processos a serem aplicados no estudo dos sons e das formas da linguagem.

3- Estudo dos contatos e relações de parentesco ou não entre as diversas línguas do mundo.

4- Sua aplicação no campo pedagógico e educação em geral.

5- Serve de modelo e exemplo para o estudo do comportamento humano como um todo, incluindo a história da humanidade.

Vemos aqui um desenho geral de como se define o ensino de Linguística em Borba (1967). Defende-se uma perspectiva histórica, no sentido de construir seu percurso teórico, focado em conhecer o desenvolvimento dos estudos da linguagem; descritiva, no que concerne aos sons e as formas; e comparativa, entre as línguas. Há também a questão da aplicabilidade, que faz referência ao discurso de valorização e funcionalidade prática da Linguística.

Por fim, sintetizando os aspectos observados no manual, vemos que a imagem da Linguística está atravessada por uma filiação teórica pautada na perspectiva descritivista da língua, lançando também uma imagem de línguista afeito ao papel de professor, sugerindo as necessidades de ensino e de pesquisa que consolidem o desenvolvimento de teorias linguísticas no Brasil.

4.1.2 FUNDAMENTOS DA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA (LOPES, 1977)

Dentre as edições disponíveis do manual *Fundamentos da Linguística Contemporânea*, produzido por Edward Lopes, optamos pela de 1977. A publicação dele dista uma década do manual de Borba (1967), o que pensamos ser um fator relevante para nos ajudar a apreender os discursos que circulavam nesse primeiro momento da Linguística, enquanto componente curricular dos cursos superiores de Letras, apontando assim para os objetivos da pesquisa.

Lopes, que na época era professor de Linguística de diversas instituições acadêmicas paulistas, organizou o manual em seis capítulos, distribuídos ao longo de suas 347 páginas. Além dos capítulos, observamos que obra apresenta outros elementos estruturais pertinentes, como a apresentação de três citações em uma das páginas que compõe suas partes paratextuais, advindas de Cherry (1971), Borges e Malmberg (1972). Ressaltamos ainda que *Fundamentos da Linguística Contemporânea* foi publicado pela Editora Cultrix, na cidade de São Paulo. O

prefácio presente no livro de Lopes (1977) foi escrito por Eduardo Peñuela Cañizal, da Universidade de São Paulo. Este fato reforça discursivamente a legitimação da obra, uma vez que ele representa, sobretudo na época em que o manual foi publicado, o fortalecimento da ciência da linguagem no Brasil.

Poucos anos antes, foi fundada a Escola de Comunicações Culturais, chamada depois de Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (USP). Cañizal foi um de seus fundadores. O campus universitário, sobretudo das instituições que alcançaram visibilidade em nosso país, como a USP, se constitui como instrumento ideológico e lugar de afirmação de discursos científicos, políticos e sociais. Deste modo, ter um prefácio escrito por um professor da instituição tinha um forte poder representativo para o manual de Edward Lopes.

Ao analisar o prefácio do manual de Lopes (1977), observamos que o discurso de legitimação do autor e do manual escrito é uma marca forte que se destaca desde o início:

[RT 1] Fundamentos da Lingüística Contemporânea é a obra mais inteira que, sobre as premissas básicas da ciência do signo verbal, se tenha escrito, até o momento, em língua portuguesa. (LOPES, 1977, p. 9)

Neste recorte, que compõe o primeiro período do prefácio, já se tem uma qualificação do livro: “a obra mais inteira”, construindo a imagem de superioridade do manual em relação a todos os outros.

Destacamos também a expressão “ciência do signo verbal”. Através do seu uso, vemos dois elementos discursivos sendo trazidos a tona. Um deles é a identificação do sujeito, que se coloca no lugar de cientista, identificando-se com um determinado campo do conhecimento linguístico. O outro elemento está vinculado ao momento histórico.

Relembramos, mais uma vez, que nesta época, a Linguística havia sido inserida na grade curricular do ensino superior do nosso país, há mais de uma década. O prefaciador sugere, então, já esperar que todos os que lerem esta obra saibam que a teoria dos signos se trata da teoria saussuriana. Com isso, o sujeito constrói uma imagem de leitor para a obra que não seja iniciante nos estudos da linguagem, mas que já tenha certo domínio das discussões linguísticas. Deste modo, vemos que não há um discurso puramente didático, mas de cunho científico, o que o diferencia de Borba (1967), que assume de maneira mais contundente o discurso do

ensino, conforme apontamos em nossa análise.

A escolha por não utilizar o termo Estruturalismo, ou até mesmo o nome de Saussure, nos faz pensar outra questão que é dar mais ênfase ao autor da obra em tela, do que àquele que é responsável pela ciência do signo linguístico. Isto se dá também pelo “se tenha escrito”, pois não foi suficiente apenas elevar a obra, mas também ressaltar quem escreveu. Tal intenção se faz presente em todo texto, pois sempre se retoma o nome de Edward Lopes:

[RT 2] Interpretante e produtividade, tal como intuídos por Edward Lopes, permitirão reformular, em futuro não muito remoto, algumas das posições fundamentais da lingüística contemporânea (LOPES, 1977, p. 14)

Vemos que, neste excerto, a sensibilidade científica atribuída a Lopes permitirá que os conceitos de “interpretante” e “produtividade” promovam reformulações nos postulados teóricos, “em um futuro não muito remoto”, ou seja, o autor já insinuava que as mudanças seriam necessárias na Linguística, sendo assim, o autor do manual é colocado como precursor das adequações nas teorias linguísticas, o que também mostra a transitoriedade da própria ciência, uma vez que já se diz que aquilo que se sabia sobre a linguagem na época, seria mudado no futuro. Com essa visão, o sujeito acaba por colocar em questionamento o próprio *status* de Lopes enquanto cientista, e conseqüentemente o manual, pois há como condição inerente ao cientista, a possibilidade de estar equivocado ou não ter tido uma visão completa do seu objeto de estudo, o que levará a reformulações de suas teorias.

A não permanência dos saberes dos cientistas, evidenciada no excerto acima, é retomada para lançar uma solução e novamente reforçar os atributos de Lopes no fim do prefácio:

[RT 3] Tanto os méritos quanto os deméritos deste livro deixam prever, contudo, o contralivro que Edward Lopes saberá produzir. (LOPES, 1977, p. 14)

O sujeito apresenta o discurso de que as limitações de um linguista são inerentes ao fazer científico, estando sua habilidade em saber também produzir um “contralivro” que atenda às necessidades que não foram sanadas neste manual, que traz consigo tanto “méritos” quanto “deméritos”, o que constituiria uma incompletude do manual. Entretanto, como já se anunciava nas dedicatórias contidas nas páginas anteriores ao prefácio e retomadas por Cañizal em seu texto:

[RT 4] Un libro que no encierra su contralibro es considerado incompleto. (LOPES, 1977, p. 7)

Para o sujeito, a incompletude está em acreditar que uma obra é fechada, perfeita e sem nenhum acréscimo a ser feito, ou seja, o sujeito cientista é sempre aquele que refaz seus conceitos.

Ao longo da análise do prefácio de Fundamentos da Linguística Contemporânea observamos que há um discurso voltado mais para a consolidação da Linguística no Brasil, no que concerne a valorização dos estudos científicos e materiais produzidos no país, embora se embasem em teóricos do exterior. A finalidade do manual, obedece, portanto, a interesses científicos, alicerçando discursos advindos mais do lugar do cientista do que o sujeito professor. Não que este esteja ausente, até porque o sujeito pode assumir diversas posições ao longo do texto, de modo que as fronteiras entre os lugares assumidos são fluidas e permeáveis, mas é o que ressalta neste momento.

A constante afirmação deste ser cientista pode estar amparada na busca por tornar o Brasil e o linguista brasileiro, um sujeito que não só aprende teorias advindas de outros países, mas que é fonte de descobertas de novos saberes sobre a língua ou da reconstrução daquilo que já foi descoberto.

O discurso de reconstrução faz-se por meio das críticas construídas ao longo do texto que retomam as preferências teóricas exploradas no manual, como se observa no excerto a seguir:

[RT5] [...] certos enunciados, teoricamente possíveis de serem engendradas e definíveis como gramaticais, não são aceitáveis. Assim, a possibilidade de encaixar frases relativas umas nas outras, até o infinito, produz enunciados inteiramente incompreensíveis [...] No parecer do linguista chomskyano, tais enunciados são constitutivos da língua pelo mero fato de que as gramáticas as autorizam. (LOPES, 1977, p. 230)

Este recorte está na seção em que se falam das limitações da Gramática Transformacional. Sendo assim, a posição de linguista é assumida primeiramente através da crítica feita a Chomsky. Além disso, vemos que o sujeito também não aprova a exacerbada valorização da gramática, uma vez que os enunciados criados por esta, para desenvolvimento dos estudos, muitas vezes são impossíveis de ocorrer em situações concretas de comunicação. Deste modo, há uma consideração sobre contextos reais de utilização da língua.

Ainda caracterizando as filiações teóricas do lugar discursivo do linguista,

observamos também que a indicação feita a Saussure, no prefácio, se confirma em todo o texto, de modo que a imagem da Linguística e do linguista está sustentada, de maneira geral, na perspectiva da teoria saussuriana, o que sustenta inclusive a introdução da crítica feita a Chomsky no excerto anterior:

[RT 6] De qualquer modo, as intuições, por luminosas que sejam, não bastam para constituir uma ciência. Saussure, por exemplo, ao comparar a língua a um dicionário cujos exemplares tivessem sido distribuídos a cada indivíduo da mesma coletividade antecipou, de modo genial, a noção chomskyana de *competência* (“saber implícito dos falantes”), mas Saussure não quis ou não conseguiu desenvolver esta noção, nem a formalizou. Por outro lado, Chomsky é um extraordinário argumentador: as justificações epistemológicas das premissas que elege para fundamentar a sua teoria são irrepreensivelmente colocadas. Malgrado a firmeza da sua argumentação, ela tem sido impugnada aqui e ali. Isso é natural e inevitável, já que Chomsky propõe uma ruptura da *epistémé* estruturalista que veio orientando os estudos linguísticos, ao longo do século vinte. (LOPES, 1977, 228-229)

Vemos, neste momento, que a crítica negativa a Chomsky é considerada como “natural e inevitável”, uma vez que interfere nos preceitos saussurianos. O discurso da perspectiva estruturalista da Linguística está conferido também pelo adjetivo “genial”, atribuído a Saussure, pela sua intuição de introduzir um conceito que só seria sistematizado anos depois por Chomsky.

Com isso, primeiramente, situa-se o manual como um lugar de disputa teórica, e depois, vemos também que cria-se um conceito de ciência, isto é, para se legitimar como tal, não basta apenas o senso intuitivo do pesquisador, mas são necessários instrumentos teóricos e epistemológicos que fundamentem o estabelecimento de um saber científico. A partir disso, Lopes (1977) cria uma imagem de ciência que se diferencia de Borba (1967), no que concerne a consideração sobre as práticas remotas de reflexão sobre a linguagem já se constituírem como embrião da ciência.

Este discurso evoca então o princípio de que o linguista deve assumir uma postura comprometida com a ciência, cujos fundamentos são também colocados no recorte a seguir:

[RT 7] [...] perante construções do tipo “nós mora em São Paulo”, “negócio que te falei”, o linguista se encontra com fatos lingüísticos, que deve descrever e, explicar, mas que não deve “corrigir”: a Linguística não é prescritiva nem normativa, ela é uma ciência descritiva e explicativa.”

O linguista é, portanto, um sujeito que busca estudar os fenômenos da linguagem sem aplicar normas sobre eles, prezando por uma postura explicativa e

descritiva, o que afasta o discurso da normatividade. Esses princípios recaem também sobre o ensino da Linguística, uma vez que, o próprio ensino desta ciência deve prezar pela descrição, elemento que alicerça a configuração didática do ensino da Linguística, abordando a imagem do sujeito professor. Para ilustrar esse aspecto, retomamos um recorte presente no prefácio:

[RT8] Esse resumo feito com alguns dos princípios que determinam a organicidade dos Fundamentos da Linguística Contemporânea ficaria despojado de calor humano se a ele não se somasse a índole de quem escreveu esse livro deixando prova - de vida e de cultura - de um conflito nascido da responsabilidade assumida diante do confronto entre docência e investigação. Percebe-se isso quando a preocupação docente, no geral camuflada, na metalinguagem rigorosa do investigador, ultrapassa os limites da contenção a serviço do afã explicativo. (LOPES, 1977, p. 10)

A organização do manual de Lopes (1977) é, neste excerto, associada a ao conflito entre a “docência” e a “investigação”, isto é, a Linguística enquanto ciência e disciplina, e conseqüentemente, ao papel de linguista e de professor. Sendo assim, a imagem do professor é ressaltada no manual através dos métodos de explicação dos elementos da Linguística, que estão dispostos no manual da seguinte maneira: “Definição do campo”; “A contribuição de Ferdinand de Saussure”; “Fonética e Fonologia”; “Morfologia”; “Modalidades de Gramática” e “Semântica”, respectivamente. Observamos que, mais uma vez, enfatiza-se a figura de Saussure, colocado como segundo capítulo da obra. Com isso, define-se o início da configuração científica dos estudos da linguagem, a partir deste teórico, situado como eixo direcionador da didatização da Linguística.

Ainda sobre a definição dos discursos que reverberam a imagem do ensino da Linguística neste manual, destacamos o recorte textual:

[RT9] A Linguística é uma ciência interdisciplinar. (...) ela se dá como Linguística Aplicada, ao Ensino das Línguas e à Tradução Mecânica. (...) é possível - e do ponto de vista didático, desejável -, reivindicar a autonomia da Linguística, sempre que se compreenda que a autonomia de uma ciência não afasta nem minimiza o relacionamento interdisciplinar. (LOPES, 1977, p. 24)

Se a Linguística é uma ciência que se relaciona com outras disciplinas, o linguista possui também uma formação interdisciplinar, e o ensino da Linguística deve enfatizar esta relação com outros componentes, sem esquecer sua autonomia. Este discurso pela autonomia está vinculado à didatização da disciplina, sendo portanto, um princípio do ensino desta disciplina. Outro fator que destacamos é a referência feita a Linguística Aplicada, que demonstra o estado de maior legitimação em que se encontra a Linguística, de modo que sua aplicação didática encontra-se

mais delineada, se comparada a Borba (1967), situada em um momento social no qual havia um discurso de distanciamento dos saberes linguísticos.

Em suma, vemos que, assim como em Borba (1967), as imagens do professor e do linguista também se dão de maneira interligada, mas neste momento, defende-se um discurso mais consistente do que é ciência e como se dá sua aplicação ao ensino. Havia uma maior consolidação da inserção da Linguística como componente curricular, tendo em vista o tempo que havia se passado desde essa mudança. Outro fator que constatamos na análise é a ênfase dada a Saussure, de modo que tanto o discurso científico quanto o didático são orientados por essa perspectiva teórica.

4.2 O LUGAR DISCURSIVO DO LINGUISTA E DO PROFESSOR NOS ANOS 2000 E 2010

Sobre este segundo momento, temos o amadurecimento das pesquisas e programas de pós-graduação, assim como o crescimento dos trabalhos desenvolvidos desde a década de 70, que acarretaram, nesta fase, o alargamento dos domínios da Linguística, assim como novas formas de produção e socialização dos saberes sobre a linguagem.

4.2.1 INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA: DOMÍNIOS E FRONTEIRAS (MUSSALIM; BENTES, 2001a; 2001b)

Quanto aos manuais que nos serviram para desenhar um cenário discursivo sobre o lugar discursivo do linguista e professor, nas últimas duas décadas, isto é, a partir dos anos 2000, temos inicialmente os dois volumes do manual *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*.

A obra em tela é da Editora Cortez, e sua publicação se deu em 2001. Suas organizadoras são Fernanda Mussalim e Ana Christina Bentes. Na época em que a obra foi apresentada, Mussalim era professora de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade de Franca (UNIFRAN) e doutoranda em Análise do Discurso, sob orientação de Sírio Possenti. Bentes, por sua vez, era Professora de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará e doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas.

Utilizamos o termo “organizadoras” por indicação do próprio manual, uma vez que o livro apresenta, no volume I, sete capítulos escritos por autores diferentes, e no volume II, oito capítulos, também construídos por diferentes pessoas.

No primeiro volume, temos como capítulo inicial “Sociolinguística”, cuja parte I foi escrita por Tânia Alkmim, e a parte II, por Roberto Gomes Camacho. Em seguida, há os capítulos “Linguística Histórica”, de Nilson Gabas Jr.; “Fonética”, de Gladis Massini-Cagliari e Luiz Carlos Cagliari; “Fonologia”, de Angel Corbeta Mori; “Morfologia”, de Filomena Sandalo; “Sintaxe”, de Rosane de Andrade Berlinck, Marina R.A. Augusto e Ana Paula Scher e, por último, “Linguística Textual”, de Ana Christina Bentes.

No volume seguinte, o primeiro capítulo intitulado “Semântica”, foi produzido por Roberta Pires de Oliveira, sucessivamente temos “Pragmática”, por Joana Plaza Pinto; “Análise da Conversação”, por Ângela Paiva Dionísio; “Análise do Discurso”, por Fernanda Mussalim; “Neurolinguística”, por Edwiges Morato; “Psicolinguística”, por Ari Pedro Balieiro Jr.; “Aquisição da linguagem”, por Ester Mirian Scarpa e “Língua e ensino: políticas de fechamento”, por Marina Célia Mendonça.

Os volumes possuem o mesmo prefácio, escrito por Sírio Possenti, e mesma introdução, produzida pelas organizadoras. Vemos também, em ambos os volumes, uma dedicatória para Possenti e Inge, e uma citação de Émile Benveniste. Outro aspecto observado é uma seção de informação sobre os autores, apresentada no final do manual.

Consideramos pertinente o fato de Mussalim & Bentes (2001) estenderem seu interesse de alcance com o manual elaborado ao público composto, não só por estudantes iniciantes do campo do curso de Letras, mas também para pessoas não-especializadas em Linguística, o que se refere também aos profissionais de outras áreas, pressupondo uma visão interdisciplinar dos estudos linguísticos.

Retornando ao que dissemos sobre o prefácio dos dois volumes ser o mesmo para ambos, consideraremos os dois volumes como representativos de um mesmo manual. A organização desse todo em duas partes é uma escolha que, a nosso ver, já constitui uma preocupação metodológica e didática de sistematização dos conteúdos apresentados, sustentando a posição de sujeito professor, e de linguista também, pois os conteúdos elencados para compor o manual e a ordem em que se apresentam, ecoam uma concepção de Linguística, e conseqüentemente, de

linguista.

O primeiro aspecto que observamos é que a Linguística se encontra, segundo o discurso do manual, no mesmo estado enunciado por Borba (1967), uma ciência pouco conhecida e divulgada. A partir de Lopes (1977), nos deparamos com um contexto sócio-histórico e ideológico, no qual a Linguística apresentava um maior nível de alcance na sociedade. Então, o que acontece três décadas depois, pela ótica de Mussalim e Bentes (2001), é uma necessidade de divulgação da ciência da linguagem, não quanto à produção científica em si, mas aos impactos desta e suas implicações para o ensino e a sua instituição enquanto ciência. Vejamos o recorte, a seguir:

[RT 1] Lingüística é uma coisa de que ninguém ouviu falar. Daí a relevância de um livro como este. (p. 12. vol. I)

O excerto já começa traçando um discurso de reconhecimento de que a Linguística não é conhecida, que é profundamente marcado pelo termo “ninguém”, isto é, é uma ciência que não tem nenhum destaque e é isso que sustenta e ratifica o valor do manual, apresentando assim a questão da autoria, pois coloca-se o foco no material produzido, apontando “a relevância”, demonstrando o compromisso.

Sobre este aspecto da autoria, destacamos também o fato de que cada capítulo da obra foi produzido por uma pessoa diferente. Esse é um dado que nos fornece pistas sobre a Linguística e o linguista, uma vez que vemos a diversidade de áreas de estudo da Linguística, ou seja, nesta época, se configurava uma ciência muito mais plural e desenvolvida e o linguista não assume um papel que centraliza todo o conhecimento da linguagem, mas ele se especializa em uma área restrita.

A Linguística é, portanto, uma ciência fragmentada e compartimentada, e o conhecimento da linguagem é descentralizado, ou seja, o cientista da linguagem não precisa ter um saber profundo sobre tudo, como vimos nos manuais mais antigos, mas de um dos elementos que figuram entre os estudos da língua. É o que afirma o excerto apresentado a seguir:

[RT 2] [...] procuramos organizar os capítulos de forma a conferir uma certa unidade à obra. Assim, de um modo geral, os capítulos estão constituídos da seguinte maneira: (i) histórico da área; (ii) bases epistemológicas da área; (iii) diferentes vertentes da área; (iv) análise de dados. No entanto, em função da especificidade de cada área e do próprio estilo e visão de cada autor com relação ao campo apresentado, os capítulos conferem um peso diferenciado aos aspectos acima citados. (p. 15. vol. I)

Na posição de sujeito autor, é mencionado como os capítulos foram

dispostos e como se deu a constituição de cada um, para conceder unidade ao manual. Mas já há o alerta de que a “especificidade” de cada área de estudo, assim como o “estilo” e a “visão” de cada sujeito que produziu o capítulo, pode acarretar diferenças.

Com este comentário, coloca-se o discurso de que a Linguística não é uma ciência de visão única, mas diversa. Apesar de querer estabelecer no manual uma unidade, isso não é plenamente possível, pois a própria natureza da ciência da linguagem e as multifacetadas que ela assume para cada um, faz com que a forma particular de compreender as teorias, influenciem na maneira como são discutidas, resplandecendo as filiações teóricas escolhidas. A prova disso está na justificativa apresentada para a sequência dada aos conteúdos que integram a obra:

[RT3] Com relação à ordem dos capítulos, não optamos pela apresentação das disciplinas seguindo a perspectiva clássica, que perscruta o fenômeno da linguagem partindo dos níveis mínimos de análise em direção aos níveis superiores. Optamos por oferecer ao leitor a possibilidade de inicialmente enxergar o fenômeno lingüístico como um fenômeno sociocultural, fundamentalmente heterogêneo e em constante processo de mudança. Entendemos que, assim, podemos lhe promover uma entrada mais significativa no terreno das necessárias e esclarecedoras orientações teóricas formais sobre a linguagem humana. (p. 16. vol. I)

Logo no início, coloca-se a negação de seguir “a perspectiva clássica”, o que retoma os manuais do período das décadas de 60 e 70. Tal escolha deu-se por considerar que existem meios “mais significativos” de inserir o aluno no universo da linguagem. Utilizar o termo “mais”, formando o grau superlativo do adjetivo “significativa”, acarreta uma qualificação, anunciando discursivamente a comparação entre uma perspectiva de teoria e outra, enquadrando o sujeito em uma corrente teórica.

Para as autoras, que nesse momento apontam suas convicções e filiações científicas, temos que a Linguística está pautada em uma “visão sociocultural” do fenômeno da linguagem, que se coloca como heterogênea e em mudança constante. Sendo assim, a porta de entrada do manual é a Sociolinguística.

Sobre esta escolha, as autoras a justificam apontando que esta corrente teórica está inscrita entre aquelas que defendem uma abordagem contextual da linguagem, ou seja, a Linguística defendida em Mussalim e Bentes (2001) obedece ao discurso de exterioridade dos fenômenos linguísticos.

O capítulo de fechamento do primeiro volume é sobre Linguística Textual.

Esta teoria é apresentada na perspectiva de reintegração do sujeito e da situação comunicativa, reforçando a questão da exterioridade. Vemos que o livro inicia e termina com teorias que se fundamentam nesta noção, atravessando toda a obra. E por estarem no início e no fim, podem ser entendidos como uma escolha estratégica das organizadoras, frente ao objetivo de dar mais ênfase às teorias que elas consideram necessárias e esclarecedoras, conforme elas afirmam no último recorte analisado.

Conforme vimos no primeiro excerto analisado, as autoras sempre retomam criticamente a “perspectiva clássica”. No que concerne aos estudos linguísticos, especificamente, este discurso é retomado também no estudo da sintaxe, quando fala-se em análise formalista e a funcionalista.

A primeira é entendida como uma área de estudo que visa a descrição e explicação da maneira como se estruturam os elementos gramaticais nas construções da língua. A segunda é apresentada como uma crítica que explica a função que as diversas categorias gramaticais vão desempenhar em seu uso. A diferença entre estas instâncias não as configuram como áreas totalmente divergentes:

[RT 4] Desse confronto de abordagens, parece-nos ficar, sobretudo, a idéia não de visões opostas ou excludentes sobre os fatos sintáticos, mas, na verdade, de propostas complementares. [...]. Acreditamos, sobretudo, que é preciso abandonar uma concepção de linguagem que vincula correção gramatical a fortes e arraigadas tradições normativas. A análise tradicional é apenas um dos possíveis olhares sobre os fenômenos da língua, em nada superior aos demais e, como vimos, nem sempre aquele que espelha melhor a dinamicidade da língua viva. (p. 240-241. vol. I)

O discurso da pluralidade da Linguística permanece, o que implica novamente em considerar o linguista como um cientista especializado em uma área de estudo da linguagem, mas que não tem um conhecimento restrito e exageradamente limitado por um só campo de estudo. É necessário ter uma visão do todo, isto é, dos domínios e fronteiras da Linguística, como o próprio título da obra indica, ainda que de modo geral, assim como ter uma postura de respeito e tolerância científica para com outras áreas.

Vemos aqui que a visão plural da ciência linguística exclui a filiação teórica, neste caso, as teorias de abordagem formalista. Sendo necessária ao campo formalista a revisão de sua aplicabilidade, uma vez que as pesquisas têm tomado, ainda que equivocadamente, um rumo de restrição da linguagem à “correção

gramatical” e às “tradições normativistas”, assumindo com este discurso, uma tomada de posição de linguista, associando-se ao campo funcionalista dos estudos da linguagem.

Observamos que a mesma ênfase é dada quanto ao discurso sobre o ensino da Linguística. É interessante o fato das autoras terem reservado um capítulo específico para abordar esta questão, e que está no final do segundo volume, apresentando-se como objeto central para análise deste aspecto, cujas reflexões serão apresentadas a seguir.

Antes de apresentar os recortes textuais do capítulo *Língua e ensino: políticas de fechamento*, de Marina Célia Mendonça, vamos retomar algo dito no prefácio, que insere desde o início da obra, a assunção do discurso pedagógico, de maneira contundente, evocando a posição de sujeito professor, conforme observamos no recorte textual:

[RT 5] Os estudantes que chegam à universidade repetem e confirmam a situação: eles não tem a menor familiaridade com as questões mais banais às quais se dedica a Linguística, a despeito de longa experiência escolar com manifestações variadas e relevantes de linguagem. E também de alguma experiência frequentemente dolorosa e quase sempre inútil, com gramáticas (sem pre e só normativas)”(p. 7. vol. I)

Aqui o sujeito faz um desenho do cenário do ensino em nosso país, qualificando-o como problemático. O artigo definido “os” como determinante do termo “estudantes” subjaz o discurso de que os efeitos negativos estão sobre todos os que chegam às instituições de ensino superior. E além de ser na totalidade, é um ciclo que se repete a cada novo grupo que ingressa na universidade, fato que se evidencia pelo uso do “repetem e confirmam”.

A referência à totalidade é feita também para as “gramáticas” utilizadas, através do termo “sempre”, instaurando o discurso de que a normatividade das mesmas apenas promove práticas de ensino e aprendizagem inúteis. Estes discursos são muito recorrentes entre os professores de português, isto é, discursos que já circulavam antes em outros lugares.

Destacamos, ainda neste excerto, a questão de que se desconhece a Linguística, em seus traços mais “banais”, isto é, os elementos mais simples às quais se dedica a ciência da linguagem são estranhas. Comparando este momento inicial com um dos excertos que analisamos no último capítulo da obra, observamos que são esperadas mudanças na formação do estudante de Letras:

[RT 6] Já estudantes de Letras costumam ver a Linguística como disciplina importante para a sua formação, mas muito distante de sua futura atuação: a sala de aula. Tornando-se professores, percebem que a Linguística precisa ser tomada, por exemplo, para se prestar um concurso. Enquanto isso, aquilo que comumente é entendido como “gramática”, continua ocupando, senão o papel principal, pelo menos um desses papéis, nas aulas de língua portuguesa. (p. 234. vol II)

Considerando-se que estamos no final do segundo volume da obra, o estudante de Letras não será mais indiferente aos estudos linguísticos, mas deve considerá-los como relevantes “para a sua formação”. O problema que se levanta neste momento está em outra instância: o ensino e sua relação com a Linguística.

Neste momento, observamos que o discurso em torno desta ciência é que ela é entendida como um objeto distante da prática de ensino, isto é, há a noção restritamente científica, de modo que não enxerga-se sua aplicabilidade prática, retomando o que está dito em Borba (1967). Há aqui uma ênfase no discurso do sujeito professor, que assume sua preocupação com o ensino da Linguística, e a forma como a gramática, isto é, a normatividade é, muitas vezes, protagonista na história da educação e nas aulas de Língua Portuguesa.

Ao destrinchar a problemática do ensino na continuidade do texto, o sujeito assume a posição de linguista, defendendo que as teorias linguísticas nos esclarecem a maneira que deve ser entendida a gramática e a língua. Nesse sentido, o primeiro passo da autora é assumir um discurso bakhtiniano, marcando discursivamente a posição de linguista, não em relação a criar uma teoria, mas a aderir a uma perspectiva teórica:

[RT 7] Se um conceito de língua precisa ser adotado para que se pensem práticas com e sobre a língua em sala de aula, ele será dotado a partir desse momento para que se façam coerentes as reflexões que se seguem, já que elas têm por referencial esse conceito. É a concepção bakhtiniana de linguagem que inspirará o que se segue (p. 239. vol. II)

Inicialmente, aponta-se uma necessidade que precede a prática de ensino: adotar um conceito de língua. Tal fato remete-nos a entender que os discursos representados no manual defendem que o professor não está desvinculado do linguista, isto é, não há como ensinar sem pensar cientificamente, pois é necessário identificar-se com uma teoria específica, e, conseqüentemente, com a concepção de língua defendida nesta.

Com base nisso, vemos também no excerto em destaque, que a Linguística e o seu ensino, segundo o manual de Mussalim e Bentes (2001), deve ser conduzida pelos postulados de Bakhtin, deste modo, o discurso pedagógico

construído no manual segue a noção de que o ensino da Linguística deve enfatizar as reflexões bakhtinianas, voltando-se para a filosofia da linguagem, o que é ratificado no próprio manual, em seguida, quando é colocado um trecho de uma obra de Mikhail Bakhtin, no qual defende-se a língua como um fenômeno ideológico, e demonstra que a orientação do manual não é unicamente e nem predominantemente de abordagem funcionalista.

Tal concepção é assumida pelo sujeito de maneira tão fortemente arraigada, que ao longo do texto, ao destrinchar mais sobre a teoria de Bakhtin faz-se uma comparação com Saussure, apontando que este exclui da língua o seu fator ideológico, desconsiderando a fala. Deste modo, torna-se claro que há uma identificação com as ideias bakhtinianas e um afastamento da perspectiva saussuriana.

Neste momento, a questão levantada sobre a possibilidade de relacionar as abordagens funcionalistas e formalistas, mencionada anteriormente, é colocada em contradição, pois há a negação da abordagem de cunho estruturalista para embasamento do ensino de Linguística, o que finda por situar o viés teórico de Ferdinand de Saussure como um viés do ensino normativo. Criticando o próprio estruturalismo e alicerçando, assim, um discurso de superioridade dos estudos bakhtinianos.

Este comportamento do sujeito evidencia o quanto nos assujeitamos diante da ideologia, que também atravessa as teorias e nos leva a considerar que somos livres para escolher a qual delas vamos seguir, quando na verdade não somos. Percebemos isto, somando os aspectos analisados até o momento, com o que foi evocado no seguinte recorte:

[RT 8] A escola é um exemplo típico desses *sistemas de apropriação do discurso*. Ela forma professores que constituem *sociedades de discurso* – são os sujeitos pertencentes a elas que podem “ensinar” determinados conteúdos. Por sua vez, o discurso produzido por esses sujeitos deve estar nos limites fixados pela *disciplina*, a qual, por sua vez, determina tanto *o que é verdadeiro e o que é falso* dentro de suas fronteiras científicas, quanto o discurso que pode circular no interior de suas fronteiras “científicas”, quanto o discurso que pode circular no interior de suas fronteiras e aquele que é indizível (ou “*louco*”). Em casos extremos, há uma censura (*proibição*) de determinados conteúdos. Por outro lado, o professor, atado a determinadas concepções pedagógicas (*doutrina*), pode produzir uns discursos e não outros. Preso a práticas já consagradas no interior da escola, e que se aproximam dos *rituais* – como “*aplicação de prova*”, “*chamada*” – o professor sofre coerções que tolgem sua atividade. (p. 242-243. vol. II)

Os termos destacados são oriundos dos postulados de Foucault (1995), no

qual são analisados mecanismos que, em diversas instâncias, operam sobre os discursos e os sujeitos. Após apresentar como se constituem cada um dos conceitos, utiliza-se a escola e outros elementos associados a ela como exemplos destes mecanismos.

O que nos chama a atenção e demonstra o assujeitamento, é o fato de que, para a autora, a universidade também funciona como um destes mecanismos, pois se ela reconhece a escola como tal, a universidade, de maneira semelhante, tem como grupos representativos que mais a caracterizam, os alunos e os professores.

Com base nisso, sendo a universidade um lugar de apropriação dos discursos, o sujeito professor que está inserido nela, tem os conteúdos ministrados limitados por questões ideológicas, deste modo, conforme é dito no próprio excerto, os limites fixados pela disciplina, determinam o que é verdadeiro e o que é falso.

Enxergando o sujeito na posição de professor, neste momento de seu discurso, e colocando a Linguística como disciplina, especificamente na perspectiva bakhtiniana, vemos que no manual analisado, são determinados discursos verdadeiros e falsos, como a crítica a Saussure, assim como a questão de serem produzidos alguns discursos e outros não. Ou seja, as próprias reflexões colocadas ao longo do manual, segundo aquilo que o próprio sujeito evoca, na função de autor, busca promover a legitimação de discursos que obedecem a elementos ideológicos.

Entretanto, este processo, ideologicamente instaurado no discurso, não parece estar claro para o próprio sujeito, uma vez que a menção crítica ao ensino e à escola faz referência ao próprio manual, fazendo reincidir sobre ele mesmo o olhar crítico construído pelo sujeito autor, ainda que para o leitor, no caso, o aluno, este processo não esteja evidente.

Consideramos, contudo, que o movimento de reflexão que constitui o manual, ecoa uma visão de ensino da Linguística que está embasada no discurso de libertação. O assujeitamento é uma condição inerente ao sujeito e sua atividade discursiva, deste modo, sempre haverão os mecanismos de controle do sujeito e seu discurso, independente do rumo trilhado para o ensino e para a pesquisa, mas o fato desse aspecto ter sido abordado no manual, impulsiona a pensar a prática de ensino, de modo que tal discussão lança bases necessárias para explicitar o que seriam as “políticas de fechamento”, que estão anunciadas desde o título do capítulo.

Estas políticas insurgem como muros que limitam as possibilidades de leitura e interpretação de textos, assim como restringem o ensino à normas, impedindo o desenvolvimento crítico e reflexivo do aluno. Nesse sentido, e retomando a noção de libertação atribuída ao ensino da Linguística, considera-se que esta ciência está no sentido contrário das políticas de fechamento. Vejamos o excerto:

[RT 9] [...] pedagogos e linguistas (esses dois últimos aliados aos professores, também funcionam como formadores de opinião, mas, muitas vezes, no contrafluxo das políticas de fechamento). Pois é: os discursos produzidos pelos linguistas, ao contrário do que se propaga, não estão distantes das relações de ensino. (p. 259. vol.II)

Reconhece-se agora que os professores e linguistas também são “formadores de opinião”, mas que atuam contrariamente ao “discurso de poder” e às políticas de fechamento. Ressaltamos ainda que o ensino de Linguística, segundo os discursos que circulam no manual, não se apresentam necessariamente como instrumentos informativos sobre as teorias linguísticas, isto é, que visam apresentar suas características centrais e descrever os principais autores, mas sim fazer desta ciência o norte para ministração de qualquer conteúdo relacionado à linguagem.

Por isso, as contribuições da Linguística para o ensino podem ser esboçadas pela multiplicidade de leituras possíveis de um mesmo texto oral e escrito, a diminuição da artificialidade da produção de textos escolares e o desenvolvimento do uso eficiente da língua nas várias situações comunicativas, assim como a reflexão sobre a mesma.

Apresentada a análise dos discursos do manual de Mussalim e Bentes (2001), podemos concluir que o linguista está associado a uma visão funcionalista e bakhtiana dos estudos da linguagem, o que também norteia a prática de ensino, pois defende-se uma concepção reflexiva e crítica de atividade docente. Este aspecto aponta as contribuições da Linguística para o ensino superior e também para o ensino básico, uma vez que se vincula a formação dos professores deste nível.

Neste aspecto, vemos uma relação com Borba (1967), que também lançou bases sobre a atividade docente no nível escolar. Entretanto, em Mussalim e Bentes (2001) estabelece-se uma distinção entre o sujeito linguista e professor, de modo que há um capítulo específico para tratar sobre as questões do ensino, deste modo, no discurso deste manual, para ensinar a Linguística não é preciso ser

necessariamente um linguista.

Por fim, abordamos os dados obtidos a partir do manual organizado José Luiz Fiorin, que também forneceu características pertinentes do recente estado que circunda o campo da Linguística, assim como o papel do professor e do linguista.

4.2.2 INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA (FIORIN, 2014a; 2014b)

A obra *Introdução à Linguística*, em sua 6ª edição, foi publicada pela Editora Contexto, na cidade de São Paulo, em 2014. José Luiz Fiorin, responsável pelos dois volumes do manual, é também referido como organizador, uma vez que as partes que compõem a obra foram escritas por diferentes autores. Com isso, há também o mesmo aspecto explorado em Mussalim e Bentes (2001), de que a ciência linguística apresenta-se de modo fragmentado e descentralizado.

Um segundo ponto relevante que destacamos é o prefácio. Produzido pelo próprio organizador em ambos os volumes, vemos que no volume I já se faz referência ao volume II, justificando a sequência e organização. Este fato nos permite considerar os dois volumes como uma só obra, sendo assim, não apresentaremos os recortes textuais na ordem em que aparecem.

Observamos que desde o prefácio do primeiro volume, Fiorin (2014) anuncia que seu maior objetivo é levar os estudantes de Letras a ser atraídos pela ciência, defendendo que sem o conhecimento da Linguística, não há como conhecer plenamente a linguagem, ou seja, sem a ciência há a incompletude da compreensão dos fenômenos da linguagem.

Entretanto, soma-se a este fato, no segundo volume, a consideração de que a incompletude é também um elemento constitutivo da própria ciência, pois é a constante necessidade de redescobrir teorias e perspectivas que fomenta o fazer científico, o que ecoa no prefácio quando Fiorin (2014) diz que seu propósito é mostrar aos estudantes que a ciência não pretende ser a verdade, mas uma elucidação temporária da realidade, sendo o confronto e o questionamento inerentes a mesma, construindo discursos sobre a Linguística, pois estes traços a compõem, uma vez que esta é uma ciência.

Observamos este aspecto no excerto seguinte, retirado da seção prefacial:

[RT 1] Nosso propósito é levar os estudantes a entrar no universo de uma análise com vocação científica, mostrando a eles que a ciência não é a verdade, mas é

uma explicação provisória da realidade, e que o debate, a contradição e o conflito são inerentes ao fazer científico. (p. 8. vol. II)

Diante do que vimos, se a ciência representa um saber questionável e passível de ser contradito, aquele que trabalha na elaboração de conceitos e aparatos teóricos sobre a linguagem é um sujeito reflexivo, esvaziado de absolutivismo, que enxerga no debate científico um mecanismo de incentivo ao fazer ciência. Deste modo, o linguista se apresenta em Fiorin (2014) como um autocrítico, que questiona suas próprias formulações científicas, e também é tolerante a críticas alheias, pois elas contribuem para o desenvolvimento da pesquisa.

A partir disso, faz-se uma retomada do discurso do primeiro volume, no qual impulsiona-se a tomar a posição de linguista, desvinculando-se das noções do senso comum:

[RT 2] Em suma, o que se pretende é que num curso de Introdução a Linguística é que o aluno se aproprie de conceitos, para que possa operar, de maneira científica, com os fatos da língua. (p. 8. vol. I)

Neste momento, a referência feita ao aluno demonstra a função autor tomando a posição de sujeito – professor, pois utiliza-se o termo “curso”, como substituto de “manual”, uma vez que a expressão “Introdução à Linguística” faz menção ao título da obra. Além disso, fala-se sobre o “aluno” e qual a pretensão para a formação deste, reverberando o discurso pedagógico.

Estes aspectos demonstram a perspectiva de ensino da Linguística do manual. Fizemos menção deles apenas por entender que são relevantes na constituição do recorte, mas eles serão melhor discutidos posteriormente, quando analisarmos os discursos sobre o ensino de Linguística.

Retomando a questão do senso comum, há uma consonância entre os manuais, exceto o de Lopes (1977), de que a Linguística é uma ciência pouco conhecida, pois o saber dos indivíduos que ingressam na universidade é sempre marcado pela falta, isto é, a carência na formação dos conhecimentos sobre a língua. Somado a este fator, no volume II, Fiorin (2014b) incorpora outro traço discursivo da linguística, vinculado ao meio acadêmico: “uma concepção religiosa de ciência” (FIORIN, 2014b, p. 7).

A atribuição dada ao discurso científico como religioso é justificada por caracterizar este último como aquele cuja pretensão é a de dar explicação sobre

tudo, colocando-se como verdadeiro e desta forma, dotado de intangibilidade. Sendo assim, o discurso científico da Linguística opera de maneira absoluta e inquestionável, o que para o autor não é ser e nem fazer ciência.

A comparação com o discurso religioso insurgiu-nos como um importante dado de análise, porque um dos símbolos mais fortes de materialização do discurso religioso é a Bíblia. Deste modo, segundo o manual em análise, o discurso científico que se alinha a Bíblia, na verdade, não é científico. Tal postura diverge de Borba (1967), para quem a alusão bíblica aos nomes da criação, se configurava como o início da Linguística, ainda rudimentar, já sendo o embrião da ciência.

Há também, em certa medida, uma divergência do que é apresentado no primeiro volume da própria obra. No capítulo sobre teoria dos signos, faz-se referência ao livro bíblico de Gênesis, reconhecendo que há nesta passagem bíblica o objetivo de mostrar o poder da linguagem, de criação e instauração da ordem. Ou seja, um conceito científico de linguagem, tendo em vista as perspectivas teóricas que defendem uma visão dialógica e discursiva dos fenômenos linguísticos.

Tal fato aponta as reflexões de Benveniste, retomando inclusive uma citação do mesmo, que inicia a obra de Mussalim e Bentes (2001), na qual ele fala no poder fundador da mesma, fazendo com que a fala de Fiorin (2014b) seja um movimento de paráfrase de Benveniste. Sendo assim, no fio do discurso do teórico, há interdiscursividade bíblica, conforme sinaliza o autor do manual.

Destacamos ainda que as reflexões benvenisteanas exercem um papel central em Fiorin (2014b), no volume II, onde ele mesmo afirma o distanciamento entre o discurso religioso e o discurso científico, com isso estabelecendo uma contradição. Embora haja textos bíblicos que não fazem referência ao discurso de explicação de tudo ou da origem dos elementos, o texto de Gênesis apontado no manual o faz, e ainda está vinculado aos postulados fundamentais da teoria da enunciação, sendo assim, a interdiscursividade bíblica, no manual em análise, assim como em Borba (1967), é constitutiva do lugar discursivo da Linguística enquanto ciência.

Especificando o modo como a ciência da linguagem se organiza no manual, isto é, que abordagem é dada aos estudos linguísticos, podemos dizer que obedece-se a uma perspectiva pautada no uso da língua, o que está demonstrado na disposição dos capítulos. O primeiro volume, cujo subtítulo é *Objetos teóricos*, é

composto por dez capítulos, a saber: “Linguagem, língua e linguística”; “A comunicação humana”; “Teoria dos signos”; “A língua como objeto da Linguística”; “A competência linguística”; “A Variação Linguística”; “A mudança linguística”; “A linguagem em uso”; “A abordagem do texto” e a “Aquisição da linguagem”.

No que concerne ao volume II, que apresenta como subtítulo *Princípios de análise*, temos oito capítulos, sendo eles: “Fonética”; “Fonologia”; “Morfologia”, “Sintaxe: explorando a estrutura da sentença”; “Semântica lexical”; “Semântica formal”; “Pragmática” e “Estudos do discurso”, nesta ordem.

A didatização da Linguística parte da apresentação dos conceitos de língua e linguagem que fundamentam o manual. A abordagem dada, segundo o próprio autor, busca mostrar que a atitude do cientista da linguagem diante dos fenômenos estudados deve ser descritiva e explicativa, e não prescritiva, por isso dissemos que Fiorin (2014b) baseia-se nas questões pertinentes ao uso linguístico. Este foco está de tal modo evidenciado no manual, que vemos que não há uma preocupação em apresentar as diversas teorias que compõem a Linguística.

No primeiro volume, são discutidos conceitos mais gerais que anunciam as teorias tratadas no segundo bloco da obra: a semântica, a pragmática e os estudos do discurso. Este fato aponta que a função autor, ainda que fragmentada em diversas vozes, haja vista que temos diferentes indivíduos interpelados em sujeito da autoria, faz referência às concepções teóricas do organizador. Ou seja, José Luiz Fiorin exerce a função de organizador não só por uma questão de edição e compilação das partes que compõem o manual, na verdade, suas concepções linguísticas atravessam a obra.

Vemos que ele mesmo produziu os capítulos “Teoria dos signos” e “A linguagem em uso”. No primeiro, são discutidas as concepções de signo evidenciadas em diferentes autores, partindo de Saussure e vendo como outros complementam esta noção. No outro, faz-se uma discussão centralizada na pragmática, que é aprofundada na segunda parte, orientando os princípios de análise, mesclando as concepções de signo a uma visão pragmática da Linguística, o que está também referido através de outros recortes:

[RT 3] A Linguística não se compara ao estudo tradicional da gramática; ao observar a língua em uso o linguista procura descrever e explicar os fatos: os padrões sonoros, gramaticais e lexicais que estão sendo usados, sem avaliar aquele uso e termos de um outro padrão: moral, estético ou crítico. [...] Esses julgamentos não são levados em conta pelo linguista, cuja função é estudar toda e

qualquer expressão linguística como um fato merecedor de descrição e explicação dentro de um quadro científico adequado. (p. 17. vol. I)

Vemos no excerto, novamente a retomada do conceito de uso da linguagem e da implicação deste para o trabalho do linguista e a definição da Linguística, prezando-se por uma perspectiva prática da linguagem e conseqüentemente de sua investigação, o que, para o autor, a diferencia da gramática.

É reforçada também, mais uma vez, a crítica a uma postura prescritivista, realizada através dos termos “descrever e explicar”, somada, neste momento, a outro traço do linguista que deve ser a consideração a toda e qualquer manifestação da linguagem. Deste modo, a imagem de linguista construída no manual está ancorada na ausência de preconceito linguístico, o que impede o cientista da linguagem de construir qualquer juízo de valor sobre as ações de linguagem, e sim efetuar sua análise que deve estar pautada em um aparato científico. Relembramos que este discurso, conforme apontamos nas análises, perpassa todos os manuais aqui explorados, sendo assim, há uma convergência de sentidos no que concerne ao discurso da imagem da Linguística, e sua diferenciação da abordagem de cunho gramatical.

Sobre a análise científica referida no excerto, ressaltamos o termo “adequado”, utilizado para referenciá-la. Temos aqui, inicialmente, um discurso que parece sugerir uma possibilidade de escolha científica, isto é, de que o linguista decide que caminho teórico e metodológico e científico será dado, desde que se adéque ao objeto de estudo. Entretanto, considerando os aspectos analisados, vemos que o caminho teórico adequado, segundo o sujeito autor, é sempre o da Pragmática, fato ratificado no excerto, a seguir:

[RT 4] No primeiro volume, vimos que a Pragmática é a ciência do uso linguístico, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática linguística. Um dos domínios de fatos linguísticos que exigem a introdução de uma dimensão pragmática nos estudos linguísticos é a enunciação, ou seja, o ato de produzir enunciados, que são as realizações linguísticas concretas.[...] O primeiro sentido de enunciação é, como vimos, o ato produtor do enunciado. Benveniste diz que a enunciação é a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização (1974, 80), ou seja, um falante utiliza-se da língua para produzir enunciados. (p. 161-162. vol. II)

No recorte anterior é dito que a Linguística é estudada mediante a observação da língua em uso. Agora no recorte 4, vemos que a Pragmática é a ciência do uso linguístico, deste modo, conforme os discursos que estão delineados

em Fiorin (2014b), a Linguística se configura essencialmente com base nos estudos pragmáticos, e o linguista, por sua vez, deve filiar-se a esta concepção teórica, vinculando-a também à perspectiva da enunciação, por visar a reflexão sobre a produção de enunciados, ato que se materializa por meio do uso linguístico.

Antes de destacar os recortes que nos permitiram observar o discurso disciplinar sobre a Linguística e esboçar o lugar discursivo do professor, ressaltamos dois elementos presentes na obra que evidenciam um olhar didático: exercícios e sugestões de leitura. O primeiro está presente apenas no volume dois, e o segundo, em ambos.

A presença dos exercícios evidencia o discurso de que a aprendizagem de um determinado saber requer a aplicação de estratégias avaliativas, que sirvam para fixação do conteúdo e verificação do quanto foi aprendido pelo discente. As indicações de leitura respaldam uma visão de educador que impulsiona o aluno a ir além do que é abordado por ele, isto é, o ensino de Linguística deve instigar o interesse em desenvolver a própria formação, transpondo o espaço universitário.

No que concerne ao discurso de como se organiza a relação entre ciência e disciplina, além das observações já feitas sobre a disposição dos capítulos, trazemos o recorte seguinte:

[RT 5] Um currículo é a seleção de uma série de conteúdos com vistas a alcançar determinados objetivos. Evidentemente, num curso de Introdução à Linguística, não se pode estudar tudo. O que se deve escolher? Pensamos que um iniciante na Linguística precisa saber o que é a ciência da linguagem, saber que há outras formas de estudar as línguas, que vão além do prescritivismo que hoje invade os meios de comunicação, saber que a Linguística pretende descrever e explicar os fenômenos linguísticos; conhecer como se processa a comunicação humana; perceber que as línguas não são nomenclaturas, mas formas de categorizar o mundo; conhecer os cinco principais objetos teóricos criados pela ciência da linguagem nos séculos XIX e XX: a *langue*, a competência, a variação, a mudança e o uso; aprender os rudimentos da análise linguística, em seus diferentes níveis, o fonético, o fonológico, o morfológico, o sintático, o semântico e o discursivo. (p. 8. vol. I)

No início do excerto é utilizado um termo que traz consigo a visão disciplinar: “currículo”, afirmando-se a posição de sujeito professor. Um dos princípios que regem a organização curricular, segundo o discurso didático esboçado no excerto, é que não é possível que todos os conteúdos sejam incluídos. Este fator anuncia pelo menos duas nuances discursivas. A primeira diz respeito a retomada da fragmentação dos saberes linguísticos, pois defende-se que não há como alcançar a

totalidade das discussões teóricas. A segunda está vinculada às preferências teóricas, que subjazem o discurso de filiação e conseqüentemente, de identificação com alguma perspectiva de estudo linguístico, que como já vimos, no caso deste manual, é a vertente da Pragmática.

Quando identificamos aqui as filiações teóricas que se destacam no manual, não pretendemos restringi-los a uma única perspectiva, pois a própria constituição dos sujeitos e dos sentidos que permeiam o dizer são heterogêneos, deste modo, o manual configura-se também como um objeto simbólico complexo e heterogêneo, sendo assim, é possível identificar o viés linguístico que mais se destaca dentre os discursos veiculados no mesmo, mas não enquadrá-los em uma vertente específica.

No manual de Fiorin (2014b), observamos que o discurso de heterogeneidade nas filiações marcadamente expresso em um dos excertos que analisamos, se sustenta pela associação dos estudos pragmáticos e da semiótica discursiva:

[RT 6] Entre os diferentes estudos do nível discursivo, será examinada neste capítulo a perspectiva da semiótica discursiva de linha francesa. Há, além disso, neste livro, o ponto de vista dos estudos pragmáticos, tratado em outro capítulo. No primeiro volume desta série, dedicado aos objetos teóricos dos estudos linguísticos, um dos capítulos, elaborado por Luiz Tatit (2002), tratou também da semiótica discursiva. Partiremos desse texto, para que não precisemos retomar as questões que foram já apresentadas, e desenvolveremos um pouco mais sobretudo a análise dos níveis narrativo e discursivo dos textos. (p. 187. vol. II)

Inicialmente, expressa-se que se sabe da existência de diferentes perspectivas de estudos discursivos, mas elege-se um, que é a semiótica discursiva. Nesse momento, vemos que a imagem de linguista está demonstrada pela escolha feita, que conforme dissemos, está também vinculada aos estudos pragmáticos. Ressaltamos, ainda, a retomada feita ao outro volume da obra. Neste momento, vemos que relembra as questões teóricas abordadas no volume I, para subsidiar a análise no volume II. Esse movimento retoma de maneira direta os subtítulos de cada volume: o do primeiro é *princípios teóricos*, e do segundo, *princípios de análise*. Sendo assim, os subtítulos sugerem um enfoque teórico e analítico das questões da linguagem, dentre as quais são evidenciadas as questões pragmáticas e semióticas discursivas.

No que concerne às questões analíticas, trazemos mais um excerto:

[RT 7] [...] Para a semiótica, as relações sócio-históricas que participam da construção dos sentidos dos textos podem ser examinadas, metodologicamente,

de duas formas [...]. Já mostramos, um pouco, como analisar temas e figuras. Resta agora fazer algumas considerações sobre os diálogos que os textos estabelecem com outros textos. (p. 212.vol. II)

Dando continuidade aos princípios de análise da semiótica discursiva, vemos neste excerto que o sujeito se propõe a mostrar como se faz a análise, isto é, ensinar. Desta forma, vemos instituído o sujeito professor, que baseia sua atividade docente em retomar a teoria e apontar estratégias de aplicação da Linguística em atividades analíticas, que buscam promover, conhecidos os objetivos da obra, o desenvolvimento de pesquisas.

O discurso didático de aplicabilidade dos conteúdos que são trabalhados nas instituições de ensino, pode ser observado também no recorte seguinte:

[RT 8] Em algum ponto de nossas vidas de estudante, alguns de nós já nos perguntamos por que, na escola, precisamos fazer a matéria de Língua Portuguesa por anos a fio, se já somos falantes altamente proficientes dessa língua quando iniciamos nossos estudos. [...] O que se busca nos cursos de Língua Portuguesa é que o aluno use mais adequadamente, e para maior variedade de fins, o conhecimento linguístico que já possui e que foi adquirido antes mesmo de seu ingresso na escola. (p. 95. vol. I)

O excerto enfatiza o ensino básico, remonta também ao discurso de adequação da Linguística ao ensino básico, como também vimos nos manuais de Borba (1967) e Mussalim; Bentes (2001a; 2001b). Apesar desta ênfase, vemos que esta reflexão recai também no ambiente acadêmico, pois é referenciada toda a trajetória do aluno, que vai da escola até a universidade, o que se denota pelo termo “em algum ponto”. Sendo assim, o lugar discursivo do professor está marcado pelo objetivo de ensinar a Linguística para que o aluno saiba operar efetivamente com os conhecimentos linguísticos.

Em suma, com base no que analisamos neste último manual, vemos que o lugar discursivo de linguista e de professor está inscrito na preocupação por promover o desenvolvimento de novas pesquisas, lançando bases sólidas de como se configura uma análise científica, ensinando o que é fazer ciência, alicerçado nas bases epistemológicas da pragmática e da semiótica discursiva, de modo predominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, nosso interesse foi investigar como se constitui o conhecimento científico sobre a linguagem e seu ensino no Brasil, norteados principalmente pela seguinte pergunta: *quais as semelhanças e diferenças na constituição dos sentidos do lugar discursivo do linguista e do professor, nos manuais de Linguística produzidos no Brasil nas décadas de 1960, 1970, 2000 e 2010?*

Em busca de respostas, selecionamos recortes textuais dos manuais *Introdução aos estudos lingüísticos* (BORBA, 1967), *Fundamentos da Linguística Contemporânea* (LOPES, 1977), *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras* (MUSSALIM; BENTES, 2001a; 2001b) e *Introdução à Linguística* (FIORIN, 2014a; 2014b), considerando sua representatividade, dada a recorrente presença destes nas indicações bibliográficas contidas em planos de curso na área de Letras.

A partir da análise, feita com base nos postulados teóricos da Análise do Discurso, orientada pelos objetivos de identificar a constituição do lugar discursivo de linguista e professor em manuais de Linguística produzidos no Brasil nas décadas de 1960, 1970, 2000 e 2010 e traçar uma análise comparativa da articulação e constituição dos sentidos que emanam sobre estes lugares, elencamos as seguintes respostas, que retomam as nossas principais constatações de pesquisa:

a) Nas décadas de 1960 e 1970, os lugares discursivos do linguista e do professor, de acordo com a análise dos dois manuais selecionados desse período, se caracterizam por uma vinculação teórica aos postulados de Saussure.

Os discursos materializados em Borba (1967) estavam baseados em uma imagem da Linguística sustentada por uma perspectiva heterogênea; histórica, no sentido de construir seu percurso teórico, focado em conhecer o desenvolvimento dos estudos da linguagem; descritiva, no que concerne aos sons e as formas; e comparativa, baseada na comparação entre as línguas. Há também, no discurso desse manual, a questão da aplicabilidade, que faz referência ao discurso de funcionalidade prática da Linguística. Observamos que se lança uma imagem de linguista afeito ao papel de professor, sugerindo necessidades de ensino e de pesquisa que consolidem o desenvolvimento de teorias linguísticas no Brasil, o que

se justifica pela então recente mudança curricular dos cursos de Letras.

A partir de Lopes (1977), observamos que a imagem do professor e do linguista também se dá de maneira associada, como se para ser professor fosse necessário assumir o papel de linguista, o que se aproxima de Borba (1967). Entretanto, neste momento, defende-se um discurso voltado à produção do conhecimento do que é ciência e como se dá sua aplicação ao ensino, haja vista que havia uma maior consolidação da inserção da Linguística como componente curricular, tendo em vista já se fazer menção à Linguística Aplicada, sinalizando o amadurecimento das discussões sobre o ensino.

b) Sobre os anos 2000 e 2010, os lugares discursivos do linguista e do professor, de acordo com a análise dos dois manuais selecionados desse período, apontam para uma abordagem crítica e reflexiva da imagem da Linguística, o que se baseia-se teoricamente em filiações diversas.

A análise do discurso do manual de Mussalim e Bentes (2001a; 2001b), permitiu-nos concluir que a imagem do linguista está associada a uma visão funcionalista e bakhtiniana dos estudos da linguagem, o que também norteia a prática de ensino, pois defende-se uma concepção reflexiva e crítica de atividade docente. Este aspecto aponta os impactos da Linguística para o ensino superior e também fundamental, tendo em vista a ocorrência de um capítulo específico para tratar sobre este assunto. De modo que contribuições da Linguística podem ser esboçadas pela multiplicidade de leituras possíveis de um mesmo texto oral e escrito, a diminuição da artificialidade da produção de textos escolares e o desenvolvimento do uso eficiente da língua nas várias situações comunicativas, assim como a reflexão sobre a mesma.

Nesta fase, destaca-se também a fragmentação e compartimentação dos saberes científicos sobre a linguagem, visto que o manual consiste em capítulos escritos por diferentes sujeitos, que se alinham a uma visão de língua vinculada ao funcionalismo e aos princípios bakhtinianos, mas ao mesmo tempo, evidencia sua formação específica em determinados ramos de estudo da linguagem.

Isso se opera no manual de Fiorin (2014a; 2014b), que também é construído por diversos autores. Esse fator evidencia que nas duas últimas décadas, há uma separação clara entre o lugar discursivo do linguista e do professor, no sentido de que ter a Linguística como objeto de ensino, não requer que o sujeito professor seja

um cientista da linguagem, bem como, não é necessário ter uma formação que abarque todo o campo de estudo científico da linguagem, pois deve haver o domínio de áreas específicas.

Neste último manual, observamos também que os lugares de linguista e do professor se inscrevem na preocupação por promover o desenvolvimento de novas pesquisas, lançando bases sólidas de como se configura uma análise científica, ensinando o que é fazer ciência, alicerçado nas bases epistemológicas da pragmática e da semiótica discursiva, de modo predominante. Deste modo, a relação estabelecida com o momento histórico evoca o discurso de fomentar a compreensão adequada da ciência da linguagem e a prática analítica em nosso país, de modo que Fiorin (2014a; 2014b) parece querer reviver o período de crescimento no número de trabalhos e pesquisas, promovido pela efervescência da divulgação da Linguística no Brasil, a partir da década de 60.

Neste sentido, a pesquisa que realizamos atende a esse discurso de promoção do progresso científico. Conforme falamos, existem poucas investigações que se voltam para o estudo dos manuais de Linguística, embora essas obras sejam representativas para o cenário do ensino superior em nosso país. A escassez de estudos sobre este tema, traz para a nossa pesquisa, dois aspectos essenciais. O primeiro diz respeito a contribuição para o desenvolvimento de estudos nessa área, especificamente que relacionem os manuais, com as reflexões da AD e da história das ideias linguísticas e sua relação com o ensino, promovendo diálogos sobre a relação entre linguagem e ensino, possibilitando o desenvolvimento próprio da Linguística e seu ensino, no Brasil.

O segundo aspecto está relacionado às limitações do nosso trabalho, pois sendo um campo ainda pouco explorado, aqueles que se interessam por investigá-lo estão passíveis de não conseguir abarcar todas as possibilidades de discussão sobre a ciência linguística e seu ensino, que os discursos reverberados nos manuais oferecem. Sendo assim, consideramos ser necessário alargar as fronteiras desta pesquisa, possibilitando a sua retomada em projetos a serem desenvolvidos posteriormente.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Resposta a John Lewis*. In: _____. *Posições I*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- BORBA, Francisco S. *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: Nacional, 1967.
- DANTAS, A. M. *Sobressaltos do Discurso: algumas aproximações da análise do discurso*. Campina Grande, PB: EDUFPG, 2007.
- FERREIRA, M.C.A. Interdiscurso e memória: nas tramas dos discursos sobre a mulher. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L.; MITTMANN, S. (Orgs.) *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos, SP: Claraluz, 2009. p. 223-232.
- FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à Linguística: Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2014a.
- _____. (Org.). *Introdução à Linguística: Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2014b.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- GIACOMELLI, Karina. *Ciência, disciplina e manual: E. Benveniste e a Linguística da Enunciação*. Santa Maria, 2007. Tese (Doutoramento em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria.
- GREGOLIN, M. R. F. V. Formação discursiva, mídia e identidades. In: LEANDRO FERREIRA, M. C. A.; INDURSKY, F. (Org.). *A Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. v.1. p. 173-186.
- GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: FERREIRA, M. C. A.; INDURSKY, F. (Orgs.). *A Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. v.1. p. 123-134.
- GUIMARÃES, E. *História da Semântica: Sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004. p. 23-48.
- HAK, T.; GADET, F. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Edunicamp, 1990.
- INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, F.;

CAMPOS, M.C. (Orgs.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre, RS: Sagra-Luzzatto, 2000, p. 70-81.

_____; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. *Memória e história da/na Análise do Discurso*. Campinas, SP: Edunicamp, 2011.p. 37-54.

_____; FERREIRA, M. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva. 1998.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. O político na Linguística: processo de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E. (Org.) *Política lingüística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007. p. 11-18.

LOPES, Edward. *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1977.

MALUF- SOUZA, O. Que sujeito?: interfaces entre o sujeito do inconsciente e o sujeito da ideologia. In. ALMEIDA, E.; BISINOTO, L. S. J.; MALUF-SOUZA, O.; SILVA,Valdir.(Orgs). *Discurso, Sujeito e Memória*. Campinas, SP: Pontes. 2012. p. 109 – 122.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001a. v. 1.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001b. v. 2.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Ciência da linguagem e política: anotações ao pé das letras*. Campinas, SP: Pontes, 2014.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Edunicamp,

1990.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas, SP: EdUnicamp, 2010. 4ed. p. 61-162.

_____. *Análise de discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2011.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

SCHERER, A. E.; PAULA, M. R. B. Memória e História das Idéias: o ensino do francês no RS do fim do século XIX ao início do século XX. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (Orgs.) *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2002. p. 121-138.

WEEDWOOD, Barbara. *História Concisa da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Sumário de *Introdução aos Estudos Lingüísticos* (BORBA, 1967)

INDICE

APRESENTAÇÃO	1
NOTA PRELIMINAR	3

PRIMEIRA PARTE
GENERALIDADES

I – Objetivos dos estudos lingüísticos	7
II – História da lingüística: 1 – A fase da gramática – a gramática na Grécia e em Roma, a gramática hindu, a gramática na Idade Média; 2 – A fase da filologia; 3 – A fase do comparativismo. Os neogramáticos; 4 – A lingüística moderna – indoeuropeística, germanística, romanística. A filologia eslava. A lingüística geral; 5 – Lingüística e filologia	12
III – A lingüística: 1 – Conceituação geral; 2 – Objeto – a linguagem. Linguagem humana e comunicação animal; 3 – Sincronia e diacronia; 4 – Lingüística especial e lingüística geral; 5 – Escolas lingüísticas; 6 – A lingüística descritiva moderna. A análise lingüística; 7 – Lingüística e ciências conexas	36
IV – A língua: 1 – Língua e fala; 2 – Língua e dialeto; 3 – Línguas especiais; 4 – Línguas culturais; 5 – Línguas artificiais	64
V – As línguas do mundo: 1 – Introdução; 2 – Critérios de classificação: genealógico, geográfico, tipológico; 3 – As principais línguas do globo	90
VI – A lingüística histórica: 1 – Introdução; 2 – Fonética – transformações fonéticas, sua regularidade e fatores de perturbação. Causas das mudanças fonéticas. Tipos de inovações fonéticas. O problema das leis fonéticas; 3 – Evolução das formas	97

ANEXO A – Sumário de *Introdução aos Estudos Lingüísticos* (BORBA, 1967)

gramaticais – fatores de inovação morfológica e sintática: a analogia e a gramaticalização; 4 – A história do léxico – fatores que determinam as transformações lexicais. A evolução semântica ... 114 ^{p. 107} _{eu}

VII – Métodos lingüísticos: 1 – Método histórico-comparativo; 2 – Método geográfico; 3 – Método de palavras e cousas; 4 – Método descritivo 142

SEGUNDA PARTE

ESTRUTURA DA LINGUAGEM

I – Fonética: 1 – Introdução; 2 – O aparelho fonador; 3 – Funcionamento do aparelho fonador; 4 – Os fonemas; 5 – As vogais; 6 – As consoantes; 7 – O acento; 8 – A palavra e a sílaba; 9 – Representação gráfica dos sons; obs. – O alfabeto fonético internacional. Língua falada e língua escrita 163

II – Morfologia: 1 – Considerações gerais; 2 – O morfema; 3 – Classes de palavras; 4 – Categorias gramaticais; 5 – As línguas flexivas – o tipo indo-europeu e o tipo semítico 194

III – Sintaxe: 1 – Conceito; 2 – Os processos mais comuns da sintaxe – concordância, regência, colocação, modulação; 3 – A estrutura da frase – sujeito e predicado; 4 – Frase nominal e frase verbal; 5 – O período – parataxe e hipotaxe 230

IV – Léxico: 1 – Importância; 2 – O enriquecimento do vocabulário – processos de formação de palavras e empréstimos; 3 – A semântica – polissemia e sinonímia; 4 – Importância do contexto 259

VOCABULÁRIO DE TERMOS LINGÜÍSTICOS 285

RELAÇÃO DE AUTORES CITADOS 291

BIBLIOGRAFIA 303

ANEXO B – Sumário de *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*
(LOPES, 1977)

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	9
1. DEFINIÇÃO DO CAMPO	15
1.1. Semiologia e Lingüística	15
1.2. Descrição dos Sistemas Semióticos	17
1.3. Sistemas Modelizantes Primário e Secundário	18
1.3.1. Língua-Objeto e Metalíngua	18
1.3.2. A Hierarquia dos Sistemas Semióticos	19
1.4. As Línguas Naturais e a Cultura	21
1.5. A Lingüística como Ciência Interdisciplinar	24
1.5.1. Lingüística, Filologia e Gramática	25
1.5.1.1. O Problema da Normatividade	26
1.5.2. Lingüística, Cinésica e Paralingüística	29
1.6. Linguagem Falada e Linguagem Escrita	32
1.7. A Linguagem Humana e a Linguagem Animal	35
1.8. A Estrutura Lingüística	38
1.8.1. A Estrutura Elementar	40
1.9. O Simbolismo Lingüístico	41
1.9.1. Primeira Noção de Signo	41
1.9.2. Signos Naturais: os Índices	42
1.9.3. Signos Artificiais	44
1.9.3.1. Signos Não-Lingüísticos: o Símbolo	44
1.9.3.2. Os Signos Lingüísticos	44
1.9.4. Sinais Não-Sígnicos: o Ícone ou Imagem	45
1.10. A Dupla Articulação	47
1.10.1. Primeira Noção de Morfema	47
1.10.2. Primeira Noção de Fonema	48
1.10.3. A Preservação da Arbitrariedade do Signo	49
1.10.4. A Economia da Dupla Articulação	50
1.11. Os Níveis da Descrição Lingüística	50
1.11.1. Forma e Sentido	50

ANEXO B – Sumário de *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*
(LOPES, 1977)

1.11.2. Relações Distribucionais e Relações Integrativas	51		
1.11.3. Níveis na Lingüística Fasal e na Lingüística Transfasal	52		
1.12. As Funções da Linguagem na Comunicação	55		
1.12.1. Definição de "Função", "Comunicação" e "Substituição"	55		
1.12.2. Os Fatores da Comunicação	56		
1.12.3. Funções Monológicas da Linguagem	57		
1.12.3.1. A Função Ostrativa	57		
1.12.3.2. A Função Autoconativa	57		
1.12.4. Funções Dialógicas da Linguagem	59		
1.12.4.1. Hierarquia Funcional	59		
1.12.4.2. A Função Referencial: Ênfase no Contexto	60		
1.12.4.3. A Função Emotiva: Ênfase no Remente	61		
1.12.4.4. A Função Conativa: Ênfase no Destinatário	62		
1.12.4.4.1. A Função Encantatória	62		
1.12.4.5. A Função Fática: Ênfase no Contato	63		
1.12.4.6. A Função Metalingüística: Ênfase no Código	65		
1.12.4.7. A Função Poética: Ênfase na Mensagem	66		
1.12.4.7.1. A Função Poética e o seu Papel Metalingüístico	66		
2. A CONTRIBUIÇÃO DE FERDINAND DE SAUSSURE	72		
2.1. Sincronia e Diacronia	73		
2.2. Linguagem, <i>Langue</i> (Língua) e <i>Parole</i> (Discurso ou fala)	76		
2.2.1. Primeira Noção de Forma e Substância	79		
2.2.2. Contribuição de E. Coseriu: a Noção de Norma	80		
2.3. O Signo Lingüístico: Significante + Significado	82		
2.4. Características do Signo Lingüístico	83		
2.4.1. A Arbitrariedade do Signo	83		
2.4.2. A Linearidade dos Significantes	85		
2.4.2.1. A Noção de Distribuição	86		
2.5. Os Dois Eixos da Linguagem	88		
2.5.1. Relações Sintagmáticas	88		
2.5.2. Correlações Paradigmáticas	90		
2.5.3. Metonímia e Metáfora	92		
2.6. Forma e Substância Lingüística	94		
3. FONÉTICA E FONOLOGIA	97		
3.1. Três Abordagens Fonéticas	98		
3.2. Fonética Articulatória	99		
3.2.1. Os Órgãos que Intervêm na Fonação	99		
3.2.2. Foneemas Orais (Inspirados, Sonoros, Aspirados e Surdos) e Foneemas Nasais	100		
3.2.3. Classificação dos Foneemas em Português	101		
3.2.3.1. O Modo de Articulação	101		
3.2.3.1.1. Foneemas Consonantais	102		
3.2.3.1.2. Foneemas Semiconsonantais ou Semivocálicos	104		
3.2.3.2. O Ponto de Articulação	105		
3.2.3.3. O Papel das Cordas Vocais	107		
3.2.3.4. O Papel das Cavidades Bucal e Nasais	107		
3.2.4. Comparação entre o Sistema das Oclusivas e Nasais do Português com os Sistemas Equivalentes no Inglês e no Grego	107		
3.2.5. Alofones Contextuais	109		
3.2.6. Os Foneemas Vocálicos	111		
3.2.6.1. Critérios para a classificação dos Foneemas Vocálicos do Português Falado no Brasil	111		
3.2.6.2. A Zona de Articulação	112		
3.2.6.3. A Altura da Língua	112		
3.2.6.4. A Posição dos Lábios	113		
3.2.6.5. A Forma do Ressonador	113		
3.2.6.6. O Papel das Cavidades Bucal e Nasais	113		
3.2.7. Comparação entre o Sistema Vocálico do Italiano, do Português, do Espanhol e do Tagalog	113		
3.2.8. Foneemas Consonantais do Português do Brasil	115		
3.2.9. Foneemas Vocálicos do Português do Brasil	116		
3.2.10. Transcrição Fonética e Transcrição Fonológica	117		
3.2.11. O Alfabeto Fonético Internacional	117		
3.3. Fonologia	120		
3.3.1. Dois Tipos de Traços Distintivos: Traços Prosódicos e Traços Inerentes	120		
3.3.1.1. A Entonação e os Tons	121		
3.3.1.2. O Acento	122		
3.3.1.3. A Função Demarcatória do Acento e das Pausas	124		
3.3.2. O Fonema e os Traços Distintivos	126		
3.3.3. A Pertinência	129		
3.3.4. Fonema e Alofone	130		
3.3.4.1. Como Decidir entre Fonema e Alofone, ao Classificar Fones	131		
3.3.5. A Análise Fonológica	133		
3.3.6. Alofones e Distribuição Complementar	134		
3.3.7. Neutralização e Arguição	137		
3.3.8. Funções dos Elementos Fônicos: Função Distintiva ou Opositiva	138		
3.3.9. Classificação das Oposições	140		
3.3.9.1. Oposições Bilaterais e Multilaterais	140		
3.3.9.2. Oposições Proporcionais e Isoladas	140		
3.3.9.3. Oposições Privativas	141		
3.3.9.4. Oposições Equipolentes	142		
3.3.9.5. Oposições Constantes	142		

ANEXO B – Sumário de *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*
(LOPES, 1977)

3.3.9.6. Opostões Suprprimveis ou Neutralizáveis	142		
3.3.10. Noção de Marca	143		
3.3.10.1. Elementos Marcados e Não-Marcados	143		
3.3.10.2. A Marca e a Noção de Extensividade	143		
3.3.11. A Função Contrastiva	145		
3.3.12. A Slaba	146		
4. MORFOLOGIA			
4.1. Morfologia ou Morfosintaxe?	150		
4.2. O Morfema	150		
4.2.1. Lexemas e Gramemas	151		
4.2.2. Dimensões dos Significantes	153		
4.2.2.1. O Morfema Zero	155		
4.2.3. A Não-Isomorfia dos Dois Planos	155		
4.2.3.1. Primeira Noção de Alomorfes	156		
4.2.3.2. Primeira Noção de Morfemas Homófonos	156		
4.2.3.3. Primeira Noção de Morfemas Redundantes	157		
4.2.3.4. Exemplo de Alomorfa: O Plural dos Nomes em Inglês e em Português	157		
4.2.3.4.1. Noção de Morfe	158		
4.3. Identificação de Morfemas	158		
4.4. Gramemas Dependentes e Independentes	162		
4.4.1. A Ordem Funcional da Contigüidade Sintagmática	164		
4.4.2. Gramemas Dependentes: Aumentos e Formantes	164		
4.5. A Palavra e a Oração	165		
4.5.1. Constituição Morfológica da Palavra	169		
4.6. Alomorfes	169		
4.6.1. Morfofonémica	171		
4.7. Homofonia e Neutralização	172		
4.8. Cumulação ou Amálgama	173		
4.9. Redundância	174		
4.10. Tipos de Morfemas	174		
4.10.1. Morfemas Táticos (Morfemas Sem Forma)	176		
4.10.2. Morfemas Supra-segmentais	176		
4.10.3. Morfemas Presos	177		
4.10.3.1. Prefixos	177		
4.10.3.2. Infixos	177		
4.10.3.3. Sufixos	177		
4.10.4. Reduplicação ou Redobro	178		
4.10.5. A Alternância	179		
4.10.5.1. Alternância Vocálica	179		
4.10.5.2. Alternância Consonântica	180		
4.10.5.3. Alternância de Acentos	181		
4.10.5.3.1. Alternância Quantitativa	181		
4.10.5.3.2. Alternância Posicional do Acento	181		
4.10.5.3.3. Alternância Tonal	181		
4.10.6. Morfema Zero	182		
5. MODALIDADES DE GRAMÁTICA			
5.1. Gramáticas Nocionais e Gramáticas Formais	183		
5.1.1. A Gramática Distribucional	185		
5.2. Limitações das Gramáticas Formais	188		
5.3. A Gramática Estrutural e a Gramática Gerativo-Transformacional	190		
5.4. A Gramática Gerativo-Transformacional	193		
5.4.1. A Noção de Produtividade	194		
5.4.2. Competência (<i>Competence</i>) e Atuação (<i>Performance</i>)	194		
5.4.3. Primeira Noção de Gramática Gerativa	195		
5.4.3.1. A Designação "Gerativo-Transformacional"	195		
5.4.4. Primeira Noção de Transformação	196		
5.4.5. Gramaticalidade / Agramaticalidade, Aceitabilidade / Inaceitabilidade	197		
5.4.5.1. Grau de Agramaticalidade	198		
5.4.6. Estrutura de Superfície e Estrutura Profunda	199		
5.4.6.1. Indicadores Sintagmáticos	199		
5.4.6.2. Frases Nucleares	199		
5.4.7. Os Três Modelos de Descrição Gramatical de uma Língua, Segundo Chomsky	202		
5.4.7.1. A Gramática de Estados Finitos	202		
5.4.7.2. A Gramática Sintagmática	203		
5.4.7.3. A Gramática Transformacional	204		
5.4.8. Os Três Componentes Gramaticais: Sintático, Fonológico e Semântico	205		
5.4.8.1. Os Dois Subcomponentes Sintáticos	206		
5.4.8.1.1. O Componente Sintagmático	206		
5.4.8.1.1.1. Regras de Reescrita	207		
5.4.8.1.1.1.1. Regras Dependentes do Contexto e Regras Independentes do Contexto	207		
5.4.8.1.1.2. O Componente de Base (PS) Situa-se na Estrutura Profunda	207		
5.4.8.1.1.3. Regras de Substituição Lexical e Sistemas de Re-escrita	209		
5.4.8.1.1.4. Regras de Subcategorização e Seleção Lexical	210		
5.4.8.1.1.5. Os Traços Gramaticais	212		
5.4.8.1.1.6. Dois Tipos de Representação Diagramática do Componente de Base: a Árvore e a Parentetização Rotulada	214		
5.4.8.1.1.7. Regras Alemantas	217		
5.4.8.1.1.8. Regras Obrigatórias e Regras Facultativas	218		

ANEXO B – Sumário de *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*
(LOPES, 1977)

5.4.8.1.1.9. Regras Recursivas	219		
5.4.8.1.1.10. Frases Complexas	220		
5.4.9. Limitações da Gramática Sintagmática	221		
5.4.10. A Transformação	224		
5.4.10.1. Componentes da Gramática Transformacional	224		
5.4.10.2. Tipos de Transformação: Substituição, Permuta, Adição e Supressão	225		
5.4.10.3. Transformações Obrigatórias e Transformações Facultativas	226		
5.4.10.3.1. Frases Nucleares e Frases Derivadas	226		
5.4.10.4. Transformações Elementares	227		
5.5. Limites da Gramática Transformacional	228		
SEMÂNTICA			
6.1. A Linha Semântica de Saussure	232		
6.2. A Linha da Semântica Componential de Hjelmslev	234		
6.2.1. Primeira Noção de Sema e de Semema	237		
6.3. A Linha da Semântica Lógica ou da Palavra Isolada	237		
6.3.1. Os Campos Semânticos	241		
6.3.1.1. A Sinestesia	242		
6.3.2. A Semântica Lógica de Frege	242		
6.3.2.1. Referência, Sentido e Imagem Associada	245		
6.3.3. O Problema do Referente	247		
6.3.3.1. Diferença entre Referente (<i>Denotatum</i>) e Designatum	247		
6.3.3.2. Primeira Noção de Interpretante	250		
6.3.4. O Problema do Interpretante	250		
6.3.4.1. Tradução Intracódigo: <i>Definição</i> e <i>Denominação</i>	250		
6.3.4.2. Tradução Entre Códigos	250		
6.3.4.3. O Problema da Sinonímia e da Antonímia	252		
6.3.4.3.1. Isomorfia e Isotopia	252		
6.3.4.3.2. Sinônimos e Antônimos	252		
6.3.4.4. Metáfora e Metonímia	252		
6.3.4.5. Sinédoque Particularizante e Sinédoque Generalizante	259		
6.3.4.6. Polissemia	259		
6.3.5. A Descrição Semântica de Poitier	264		
6.3.5.1. Sema, Semema, Semema Absoluto e Semema Relativo	264		
6.3.5.2. A Definição do Arquissemema	268		
6.3.5.3. Arquissemema e Arquilexema	268		
6.3.5.4. Classes	271		
6.3.5.5. Ambigüidade Classenática	271		
6.3.5.6. Arquilexemas e Classes	275		
6.3.5.7. O Virtuemema	275		
6.3.5.8. A Definição do Semema Ocorrential	277		
6.3.5.9. Semas Invariantes: Específicos e Genéricos	277		
6.3.5.10. Limites da Descrição Semântica da Palavra Isolada	279		
6.3.5.11. Denotação e Conotação	279		
6.3.6. A Semântica Contexto-Situacional	283		
6.3.6.1. A Semântica de Ducrot	284		
6.3.6.2. Pressupostos e Subentendidos	287		
6.3.6.3. Limitações da Linha Semântica Contexto-Situacional de Ducrot	289		
6.3.7. A Linha da Semântica Gerativa, na Versão KF	294		
6.3.7.1. Componentes da Teoria Semântica, Segundo Katz e Fodor	298		
6.3.7.2. O Componente Regras de Projeção	302		
6.3.7.3. Limitações da Semântica Gerativa na Versão KF	305		
6.4. A Semântica Estrutural de Greimas	310		
6.4.1. Classificação dos Significantes	310		
6.4.2. Níveis Hierárquicos da Linguagem	311		
6.4.2.1. Língua-Objeto e Metaíngua	311		
6.4.3. A Estrutura Elementar da Significação	312		
6.4.4. Os Eixos Semânticos	313		
6.4.5. A Relação	314		
6.4.6. As Articulações Sêmicas	314		
6.4.6.1. Noção de Sema	314		
6.4.7. Modos de Articulação Sêmica	315		
6.4.8. O "Quadrado Lógico" (Semiótico) de Greimas e Rastier	317		
6.4.9. A Semântica das Línguas Naturais, Segundo Greimas	322		
6.4.10. O Semema	327		
6.4.10.1. Núcleo Sêmico	327		
6.4.10.2. Semas Contextuais	327		
6.4.10.3. A Figura Nuclear	329		
6.4.10.4. Os Classes	332		
6.4.10.4.1. Os Classes Constituem uma Unidade do Discurso Superior aos Lexemas	335		
BIBLIOGRAFIA			
	337		

ANEXO C – Sumário de *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras (vol. I)*

(MUSSALIM; BENTES, 2001a)

SUMÁRIO	
Apresentação	11
<i>Síria Possenti</i>	
Introdução	15
<i>Fernanda Mussalim</i>	
<i>Ana Christina Bentes</i>	
1. SOCIOLINGÜÍSTICA	21
Parte I	21
<i>Tânia Alkmim</i>	
Parte II	49
<i>Roberto Gomes Camacho</i>	
2. LINGÜÍSTICA HISTÓRICA	77
<i>Nilson Gabas Jr.</i>	
3. FONÉTICA	105
<i>Gládis Massini-Cagliari</i>	
<i>Lutz Carlos Cagliari</i>	
4. FONOLOGIA	147
<i>Angel Corbetta Movi</i>	
5. MORFOLOGIA	181
<i>Filomena Samulalo</i>	
6. SINTAXE	207
<i>Rosane de Andrade Bertinck</i>	
<i>Marina R. A. Augusto</i>	
<i>Ana Paula Scher</i>	
7. LINGÜÍSTICA TEXTUAL	245
<i>Ana Christina Bentes</i>	
Sobre os autores	289

ANEXO C - Sumário de *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras (vol.II)*

(MUSSALIM; BENTES, 2001b)

SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Sírio Possenti</i>	
Introdução	11
1. SEMÂNTICA	17
<i>Roberta Pires de Oliveira</i>	
2. PRAGMÁTICA	47
<i>Joana Plaza Pinto</i>	
3. ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO	69
<i>Ângela Paiva Dionísio</i>	
4. ANÁLISE DO DISCURSO	101
<i>Fernanda Mussalim</i>	
5. NEUROLINGÜÍSTICA	143
<i>Edwiges Morato</i>	
6. PSICOLINGÜÍSTICA	171
<i>Ari Pedro Balieiro Jr.</i>	
7. AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	203
<i>Ester Mirian Scarpa</i>	
8. LÍNGUA E ENSINO: POLÍTICAS DE FECHAMENTO	233
<i>Marina Célia Mendonça</i>	
SOBRE OS AUTORES	265

ANEXO D - Sumário de *Introdução à Linguística: I. Objetos teóricos*

(FIORIN, 2014a)

Sumário	
PREFÁCIO	7
<i>José Luiz Fiorin</i>	
LINGUAGEM, LÍNGUA, LINGUÍSTICA	11
<i>Margarida Petter</i>	
A COMUNICAÇÃO HUMANA	25
<i>Diana Pessoa de Barros</i>	
TEORIA DOS SIGNOS	55
<i>José Luiz Fiorin</i>	
A LÍNGUA COMO OBJETO DA LINGUÍSTICA	75
<i>Antonio Vicente Pietroforte</i>	
A COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA	95
<i>Esmeralda Negrão</i>	
<i>Ana Scher</i>	
<i>Evani Viotti</i>	
A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	121
<i>Ronald Beline</i>	
A MUDANÇA LINGUÍSTICA	141
<i>Paulo Chagas</i>	
A LINGUAGEM EM USO	165
<i>José Luiz Fiorin</i>	
A ABORDAGEM DO TEXTO	187
<i>Luiz Tatit</i>	
A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	211
<i>Raquel Santos</i>	

ANEXO D - Sumário de *Introdução à Linguística: II. Princípios de análise*

(FIORIN, 2014b)

Sumário

Prefácio.....	7
<i>José Luiz Fiorin</i>	
Fonética.....	9
<i>Paulo Chagas de Souza</i>	
<i>Raquel Santana Santos</i>	
Fonologia.....	33
<i>Paulo Chagas de Souza</i>	
<i>Raquel Santana Santos</i>	
Morfologia.....	59
<i>Margarida Maria Taddoni Petter</i>	
Sintaxe: explorando a estrutura da sentença.....	81
<i>Esmeralda Vailati Negrão</i>	
<i>Ana Paula Scher</i>	
<i>Evani de Carvalho Viotti</i>	
Semântica Lexical.....	111
<i>Antonio Vicente Seraphim Pietroforte</i>	
<i>Ivã Carlos Lopes</i>	
Semântica Formal.....	137
<i>Ana Lúcia de Paula Müller</i>	
<i>Evani de Carvalho Viotti</i>	
Pragmática.....	161
<i>José Luiz Fiorin</i>	
Estudos do discurso.....	187
<i>Diana Luz Pessoa de Barros</i>	